

ADRIELLY MELO BORGES

**SORORIDADE COM SABER GOIANO:
O feminismo pioneiro de Consuelo Nasser**

Anápolis,
2020

ADRIELLY MELO BORGES

**SORORIDADE COM SABER GOIANO:
O feminismo pioneiro de Consuelo Nasser**

Dissertação de Mestrado apresentada no
Programa de Pós-Graduação TECCER da
Universidade Estadual de Goiás.

Linha de Pesquisa: Saberes e Expressões
Culturais do Cerrado.

Orientadora: Prof.^a Dra Divina Aparecida
Leonel Lunas

Anápolis
2020

Ficha catalográfica

B732s

Borges, Adrielly Melo.

Sororidade com saber goiano [manuscrito] : o feminismo pioneiro de Consuelo Nasser / Adrielly Melo Borges. – 2020.
62 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas.
Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2020.

Inclui bibliografia.

1.Feminismo – História - Goiás(Estado). 2.Feminismo – Consuelo Nasser – Goiás(Estado) 3.Mulheres – Discriminação - Goiás(Estado). 4.Dissertações –TECCER - UEG/UnuCSEH. I.Lunas, Divina Aparecida Leonel. II.Título.
CDU : 396(817.3)(043)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária/UEG/UnuCSEH
CRB1/2385

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, a partir das sete horas e trinta minutos, realizou-se a sessão de julgamento da dissertação, por meio de videoconferência entre os componentes da banca, da discente **ADRIELLY MELO BORGES**, intitulada "**SORORIDADE COM SABER GOIANO: O FEMINISMO PIONEIRO DE CONSUELO NASSER**". A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores: Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas (Orientadora), Dra. Mary Anne Vieira Silva (Examinadora Interna), Dra. Adriana Carvalho Pinto Vieira (Examinadora Externa), Dr. Ademir Luiz da Silva (Suplente Interno) e Dr. Adriano de Melo Ferreira (Suplente Externo). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pela discente e sua orientadora. Em seguida a Banca Examinadora reuniu-se, em sessão secreta, atribuindo a discente os seguintes resultados.

Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas (Orientadora)

aprovado(a) reprovado(a).

*Assinatura _____

Dra. Mary Anne Vieira Silva (Examinadora Interna)

aprovado(a) reprovado(a).

*Assinatura _____

Dra. Adriana Carvalho Pinto Vieira (Examinadora Externa)

aprovado(a) reprovado(a).

*Assinatura _____

Dr. Ademir Luiz da Silva (Suplente Interno)

aprovado(a) reprovado(a).

*Assinatura _____

Dr. Adriano de Melo Ferreira (Suplente Externo)

aprovado(a) reprovado(a).

*Assinatura _____

Resultado Final: aprovado(a) reprovado(a).

MESTRADO
Territórios e Expressões
Culturais no Cerrado

Câmpus
Anápolis de Ciências
Socioeconômicas
e Humanas



Universidade
Estadual de Goiás



**ESTADO
DE GOIÁS**

Reaberta a sessão pública, a Orientadora proclamou o resultado e encerrou a sessão às 10h, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por mim secretário, discente e pelos membros da banca examinadora supracitada.

*Secretário: Alex Douglas Costa

*Discente: Adrielly Melo Borges

*Assinatura Eletrônica

Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas

Av. Juscelino Kubitschek n. 146, Bairro Jundiáí,

CEP: 75.110-390 Anápolis – GO

(62)3328-1188

teccer@ueg.br

www.ccseh.ueg.br

CS Digitalizada com CamScanner

Ata de Defesa_ADRIELLY MELO BORGES.pdf

Código do documento: P4TH-M3G6-SJFL-6N56

**Autenticação Eletrônica**Valide em <https://app-sign.efcaz.com.br/efcaz-clm-pub/#/validar-documento/P4TH-M3G6-SJFL-6N56>

Ou digite o código: P4TH-M3G6-SJFL-6N56

Assinado em conformidade à Medida Provisória nº 2.200-2/2001: artigo 10 § 2º - 'O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas em partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.'

Assinaturas:**Alex Douglas Costa**

teccer@ueg.br

Parte

**Divina Aparecida Leonel Lunas**

divalunas@gmail.com

Parte

**Adriana Carvalho Pinto Vieira**

dricpvieira@gmail.com

Parte

**Adrielly Melo Borges**

adriellyarquiteta@gmail.com

Parte

**Mary Anne Vieira Silva**

maryanne.vieirasilva@gmail.com

Parte

ADRIELLY MELO BORGES

SORORIDADE COM SABER GOIANO:

Dissertação de Mestrado defendida em 11 de setembro de 2020 pela banca examinadora constituída pelos docentes:

Prof.^a Dra Divina Aparecida Leonel Lunas
Orientadora – Presidente da banca

Prof.^a Dra Mary Anne Vieira Silva
Membro da banca

Prof.^a Dra Adriana Carvalho Pinto Vieira
Membro da banca

Avaliação final: APROVADA.
Anápolis, 11 de setembro agosto de 2020.

*Dedico este trabalho às mulheres que não
estão mais entre nós pelas mãos do
feminicídio, por meio da violência doméstica e
discriminação de gênero.*

*Com igual importância, dedico a todas as
mulheres que dão as mãos umas para as
outras e combatem o patriarcado,
proporcionando o crescimento de nossa
independência e equidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha mãe e a meu pai, por sempre terem apoiado as minhas decisões desde a graduação, que resultaram em meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico. Também agradeço pelo amor de vocês, até nos dias mais difíceis.

À Aline que é muito mais que uma irmã, é uma mulher pesquisadora, feminista, guerreira, uma inspiração e uma amiga.

A toda minha família, que além de meus pais e Aline, é composta pela minha irmã Alice, um anjo que traz alegria aos meus dias, pelo meu irmão Vinícius, que me inspira pela sua disciplina e por minha “boadrastra” Quésia, que agradeço por fazer parte da minha família, sempre nos trazendo alegria e amor.

À minha orientadora, professora Divina, sempre feliz, sempre disposta a responder todas as minhas dúvidas e a me ajudar. Foi paciente, me apoiou e me guiou para fazer um bom trabalho. Uma honra ser sua orientanda!

Ao meu professor desde a graduação, amigo e vidente Ademar Luiz, que sugeriu o tema e sempre me incentivou e acreditou em mim.

À Andreia, que usou seu tempo para ser minha revisora, fazendo tudo da melhor forma possível, permitindo clarear as minhas ideias prematuras.

Ao meu amigo Tonny, que me ajudou muito no pré-projeto, me encorajou e me inspira.

À minha amiga colega de mestrado Giovanna, que num momento de depressão durante o mestrado, me mostrou uma luz no fim do túnel, me deu livros e amor.

À minha querida Rafaela, que facilmente posso chamar de irmã, por estar sempre ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis.

Em especial, venho agradecer ao meu companheiro de todas as horas, Bruno, que dispõe da maior paciência que possa existir, sendo amoroso, simples, sereno e gentil.

Agradeço também, postumamente, a Consuelo Nasser, por sua existência, pela sua luta e pela criação do CEVAM.

A todas as forças universais que me abraçam nos momentos em que nada mais faz sentido, eu agradeço a paz que é trazida a mim.

*O feminismo é uma luta avançada, pela igualdade de direitos.
O machismo, ao contrário, é retrógrado. (Consuelo Nasser)*

RESUMO

O trabalho discute a trajetória de Consuelo Nasser e analisa o motivo de seu legado ser silenciado. Ela foi uma das pioneiras do feminismo no Estado de Goiás, jornalista e advogada e fundadora do Centro de Valorização da Mulher (Cevam), uma iniciativa com relação aos problemas derivados da violência contra a mulher. Jornalista atuante, editou o semanário O Cinco de Março (1959-1979), foi responsável pela gestão financeira dos jornais Diário da Manhã (1982-1984) e Folha de Goyaz (1984), fundou e editou o jornal Edição Extra (1984-1985) e a Revista Presença (1986-1991). Após uma trajetória de grandes conquistas, aparentemente por conta da morte do filho, Fábio Nasser, Consuelo suicidou-se com um tiro no dia 20 de agosto de 2002. Ao longo da execução do projeto, sua biografia foi narrada e analisada, e foi investigado o porquê de seu trabalho ainda não ter reconhecimento. Através de seu legado, Consuelo é referência de resistência diante dos abusos sofridos por mulheres. Apesar das tentativas de eternização do seu nome pela sua família, ela não é prestigiada pelo coletivo e nem por grande parte das feministas. Apesar da discrição de sua memória, Consuelo Nasser se sobressai pelo seu legado de luta pelos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Silêncio. Patriarcado. Violência. História. Goiás.

ABSTRACT

The work discusses the trajectory of Consuelo Nasser and analyzes why her legacy is silenced. She was one of the pioneers of feminism in the State of Goiás, a journalist and lawyer and founder of the “Centro de Valorização da Mulher” (Cevam), an initiative in relation to problems arising from violence against women. Active journalist, edited the weekly “O Cinco de Março” (1959-1979), was responsible for the financial management of the newspapers “Diário da Manhã” (1982-1984) and “Folha de Goyaz” (1984), founded and edited the newspaper “Edição Extra” (1984-1985)) and the “Revista Presença” (1986-1991). After a trajectory of great achievements, apparently due to the death of her son, Fábio Nasser, Consuelo shot herself on August 20, 2002. Throughout the project, her biography was narrated and analyzed, and was investigated. why her work is not yet recognized. Through his legacy, Consuelo is a reference of resistance to the abuses suffered by women. Despite her family's attempts to eternalize her name, she is not favored by the collective nor by most feminists. Despite the discretion of her memory, Consuelo Nasser stands out for her legacy of fighting for women's rights.

Keywords: *Silence. Patriarchate. Violence. Story. Goiás*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 PIONEIRA DO FEMINISMO EM GOIÁS	17
1.1 Atuação política, social e intelectual.....	17
1.2 A criação do Cevam	29
2 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE CONSUELO NASSER	34
2.1 Consuelo Nasser no <i>Diário da Manhã</i>	34
2.2 A comenda Consuelo Nasser.....	36
3 O SILÊNCIO ACERCA DE CONSUELO NASSER.....	41
3.1 O silêncio acerca de Consuelo Nasser pela sociedade	41
3.2 As ondas do feminismo no Brasil e sua relação com Consuelo Nasser	45
3.3 O silêncio acerca de Consuelo Nasser pelas feministas	58
CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS.....	66

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é investigar a trajetória intelectual, a militância política e a atuação social da jornalista, advogada e feminista brasileira Consuelo Nasser e analisar as razões do silêncio acerca de sua historiografia pela comunidade em geral, pela academia e pelas feministas. Porém, é importante salientar que não se trata de uma biografia. O que se busca, especialmente, é entender o(s) motivo(s) que levou(aram) seu legado a ser sumariamente ignorado pela academia e até mesmo pelas feministas, principalmente quando se considera que Nasser é uma das feministas pioneiras do Estado de Goiás.

Como metodologia para comprovar o silêncio acadêmico acerca da história de Consuelo, foi feito um levantamento bibliográfico dentro da plataforma *Google Acadêmico* e no banco de estudos das principais universidades de Goiás, utilizando as palavras-chaves "Consuelo" e "Nasser". Não foi verificada a existência de nenhum estudo no âmbito de pós-graduação utilizando-se as palavras-chaves mencionadas.

A personagem principal do presente trabalho teve uma vida repleta de adversidades e protagonismo: ela viveu o papel de mãe e esposa e a da libertária forjada pela educação, carreira e lutas coletivas. Em meio a tantos papéis, ainda questionava a situação da mulher. Para a protagonista dessa dissertação, a mulher e o homem nunca tiveram um destino biológico. Os seus papéis sempre foram construídos dentro de uma cultura que define qual atribuição cada um terá na sociedade.

A redatora feminista foi uma mulher que circulou entre os grupos sociais privilegiados de Goiás, mas sempre se mostrou preocupada com a situação das mulheres em geral, especialmente a “mulher comum” ou “mulher do povo”, como se diz na linguagem informal. Portanto, para mensurar a relevância da preocupação de Consuelo Nasser, é necessário entender como atuam as estruturas de poder baseadas no gênero, consolidadas pela existência de um sistema patriarcal cujas principais características são a dominação masculina e submissão feminina. Para tanto, será promovida também uma incursão nos debates sobre gênero.

Para os modelos sociais baseados no gênero, o papel da mulher é ser esposa e mãe. A educação da mulher não é voltada para si mesma, e sim para a formação dos outros, dos futuros cidadãos (homens). Portanto, se a mulher faz outras escolhas,

inevitavelmente, enfrenta dificuldades imensas no decorrer da vida, como ter de lidar com situações opressoras. Nessa mesma lógica, espera-se que o homem seja o provedor, o “chefe da casa”, assumindo a autoridade sobre todo o núcleo familiar. Ou seja, é o homem quem trabalha fora de casa para sustentar a família.

São essas estruturas de poder baseadas em gênero e suas consequências, principalmente a violência contra a mulher, que a jornalista inquieta enfrentou na segunda metade do século XX em Goiás. E ainda assim, mesmo após décadas de mudanças significativas no que se refere aos direitos das mulheres, como a participação feminina na política, o uso da pílula anticoncepcional e mudanças nas leis trabalhistas, o patriarcado ainda permanece vivo, cerceando a vida das mulheres por meio de opressões, injustiças e violência.

Nasser foi uma figura pioneira e fundamental na luta contra a violência à mulher no Estado de Goiás, tanto na prevenção como nos cuidados pós-agressão e ainda não recebeu um estudo acadêmico, o que justifica o presente trabalho. Porém, cabe perguntar por que sua figura não é notada pelos historiadores, sociólogos e cientistas acadêmicos de forma geral. Porque o trabalho dessa mulher não foi relevante para a pesquisa histórica, no âmbito dos estudos de gênero? A hipótese é que o feminismo de Consuelo não dialoga com o feminismo atual e que os trabalhos de um homem são mais valorizados que os feitos de uma mulher.

Além do objetivo principal dessa dissertação, que é analisar porque a memória dessa personagem é silenciada, também há os objetivos específicos, como escrever uma narrativa sobre sua vida, analisar o movimento feminista e identificar os elementos que compuseram a formação dessa mulher enquanto feminista e descrever como o seu legado da atuação se configurou após a sua morte.

As fontes escolhidas para a pesquisa foi o acervo do *Jornal Diário da Manhã*, encontrado no próprio jornal, principalmente a matéria publicada em 27 de dezembro de 2017, que comemora 80 anos de existência da protagonista. Também foram pesquisados os documentos disponíveis no Centro de Valorização da Mulher (Cevam). Outra importante fonte são as publicações do *Jornal Cinco de Março*¹, arquivadas no acervo

¹ O jornal *Cinco de Março* foi criado em 1959, após forte repressão da polícia a uma manifestação de estudantes secundaristas que protestavam contra o aumento das passagens no transporte coletivo e das mensalidades escolares. O protesto ocorreu no dia de batismo do jornal.

do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em formato microfilmado.

No primeiro capítulo, será apresentada a história de vida de Consuelo Nasser: sua atividade política e social, seus feitos profissionais e sua atuação feminista. Também não se pode deixar de falar do Centro de Valorização da Mulher (Cevam) de Goiânia, fundado pela jornalista, destacando o funcionamento e ações prestadas pelo órgão. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica de textos das fontes citadas no parágrafo anterior.

Já o segundo capítulo tratará da memória de Nasser, que tem sido preservada, sobretudo, por ações da família e de cunho político, como a criação de uma comenda que leva seu nome. Será exposto como esse título foi criado, por quem, qual sua intenção e o perfil de mulher que o recebe.

Também será abordada a tentativa de construção de uma memória sobre Consuelo pelo jornal *O Diário da Manhã*, que publicou matérias acerca de sua vida e do seu legado. Além de revisão bibliográfica das fontes da pesquisa, também foi utilizada metodologia análise crítica-reflexiva.

Por fim, o terceiro capítulo focará no problema da pesquisa: por que o trabalho dessa personagem não é considerado relevante para a pesquisa histórica, no âmbito dos estudos de gênero? Também será analisado se o feminismo defendido por ela dialoga com o feminismo atual, através de análise crítica-reflexiva.

Como forma de coleta de informações e percepções sobre a protagonista da dissertação e utilizando o método de pesquisa de campo, no dia 20 de maio de 2020, eu realizei no meu Instagram a enquete: “Mulheres feministas, vocês conhecem ou já ouviram falar da Consuelo Nasser?” O resultado foi que 61% desconhecem totalmente a figura de Nasser.

1 PIONEIRA DO FEMINISMO EM GOIÁS

1.1 Atuação política, social e intelectual

Antes de evidenciar a atuação política e social de Consuelo Nasser, temos que tratar do termo “sororidade” e a sua relação com o feminismo. Os registros etimológicos da palavra, tomada como tradução conceitual do termo *sororité*, ajuda a percebê-la como uma construção simbólica de uma solidariedade considerada “própria” a relações entre mulheres e a processos identitários feministas que parecem prosseguir ad eternum.

Collin (entre 1983 -1984) incide sobre a “sororidade” pensada como “a ilusão da harmonia e da homogeneidade entre as mulheres, assim como a ilusão da identidade absoluta entre privado e político”, tem-se assim a metáfora da “sororidade”, como uma simbolização da “solidariedade” nas relações entre as mulheres. Em termos gerais, sororidade se refere à empatia e solidariedade entre as mulheres, ou seja, o apoio entre mulheres para que possam existir em um mundo dominado pela masculinidade.

Costa (2009) ressalta que em português, como indicado, o termo “sororidade” não existe; usa-se irmandade como equivalente ao de *sororité*, em francês, e ao de *sisterhood*, em inglês, codificado como modo de solidariedade entre mulheres, vindo de tempos recuados da história humana. Sugere muito das práticas e das sociabilidades femininas.

O termo em inglês *sorority*, no *The American Heritage Dictionary of the English Language* (1970), se aplica à vida gregária de conventos e a agremiações estudantis femininas. Pela origem, trata-se de um termo que conceitua práticas referidas ao feminino e à solidariedade como regularidades de longa duração histórica. Nessa metáfora, práticas e representações sociais do e sobre o feminino e suas relações em geral permitem pensar a formação das sensibilidades, ou seja, das “razões e sentimentos” que estão na produção das representações e das práticas sociais (PESAVENTO, 2004).

A eficácia da sororidade como meio propulsor de fortificação do movimento feminista é necessária para modificar o caráter da discussão sobre a união feminina, tecendo uma teia que enquadre as diversas nuances que diferem as mulheres de acordo com sua contextura. Esse novo ideal precisa ser proliferado de forma que considere as opressões de raça, classe, gênero e relações interpessoais entre as mulheres, que tramitam dentro do próprio movimento feminista e no âmbito social comum. Assim, é correto afirmar que sororidade não é amar todas as mulheres, mas sim não odiar uma mulher por ser mulher (SOUZA, 2016).

Temos Nasser como um dos maiores exemplos de sororidade com saber goiano. Para abordar a vida e obra de Consuelo, torna-se necessário entender em que contexto histórico e político essa estava inserida. Na concepção de Sarti (2001), o feminismo brasileiro nasce nos anos 70, no panorama internacional que instituía o Ano Internacional da Mulher (1975), favorável, portanto, à discussão da condição feminina e, ao mesmo tempo, no amargo contexto das ditaduras latino-americanas, que calavam, implacáveis, as vozes discordantes.

O retorno a essa origem, naquele momento e naquele contexto político, nos remete à radicalidade posta na questão da mulher como uma questão fundamentalmente “conflituosa”, tanto nas relações entre o homem e a mulher, quanto em todas as relações de poder socialmente instituídas, articulando gênero e classe, como foi tantas vezes sublinhado sobre o caráter deste movimento no Brasil (SARTI, 2001).

Sarti (2001) ressalta que a memória dos “anos de chumbo” que antecederam o surgimento do feminismo no Brasil, com os depoimentos de mulheres militantes e vítimas da repressão militar, permite qualificar o início do feminismo sob a ditadura. A presença das mulheres implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher.

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 60 e 70, sem uma proposta feminista, negava o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, o que, para Garcia (1997), “transformou-se em um instrumento sui generis de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente”.

Sônia Alvarez, em seu trabalho "Politizando o Gênero", afirma que a evolução do feminismo no Brasil dos anos 70 e 80 contribuiu para uma maior representação e força política das mulheres como grupo e que as reivindicações de gênero, como creches, planejamento familiar, entre outras, foram introduzidas na arena política e resultaram em várias conquistas para as mulheres como um todo (MANINI, 1995/1996).

A anistia de 1979 permitiu a volta das exiladas no começo dos anos 80, reencontro que contribuiu para fortalecer a corrente feminista no movimento das mulheres brasileiras. As exiladas traziam em sua bagagem não apenas a elaboração de sua experiência política anterior, como também a influência de um movimento feminista atuante, sobretudo na Europa. O saldo do exílio de umas e a experiência de ter ficado no

país nos anos 70 daquelas que construíram o feminismo local, fez desse encontro de aliadas um novo panorama.

Parece haver um consenso em torno da existência de duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres nos anos 1970, tidas como “1ª e 2ª onda” que sintetizam o próprio movimento. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investia em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 1980. A outra vertente preocupava-se sobretudo com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência (SARTI, 2004).

A trajetória política e feminista da personagem principal do presente trabalho antecede esse contexto. Em Goiânia, numa tarde do mês de março de 1998, Consuelo Nasser realizou um de seus desejos e concedeu uma entrevista ao *Jornal Opção*, periódico que seguia o estilo do *Pasquim*, para expor mais sobre si. Os entrevistadores foram os jornalistas Hebert Moraes Ribeiro, Helvécio Cardoso, Euler Belém, José Maria e Silva e Francesca de Oliveira.

Enquanto ela narra os acontecimentos de sua vida pessoal e política, suas mãos mexem em canetas, papéis e o que mais houver sobre a mesa. A jornalista avisa: “Tenho superatividade cerebral. Não consigo ficar muito tempo quieta”. Sua multifacetada trajetória de jornalista e empresária, feminista e militante estudantil, comprova o que diz.

Essa conversa histórica foi publicada na edição especial de 30 anos de existência do *Jornal Opção* e atribuiu outra visão acerca da atuação de Nasser. Segundo o jornalista Euler de França Belém, essa prosa alcançou bastante fama pelo tom polêmico, como exemplifica umas das frases de Consuelo que abriu o diálogo: “Quero falar tudo, abrir meu coração”.

Depois da entrevista, Consuelo reuniu-se em sua casa, no Setor Sul, na Avenida 86, com o editor do jornal Euler de França Belém e perguntou: “E, aí, Goiás ficou irritado”? A jornalista inquieta era assim, queria inquietar a todos também.

Consuelo nasceu no dia 28 de dezembro de 1937, na fazenda dos pais, em Caiapônia, sudoeste goiano. É a caçula das duas filhas de Gabriel Nasser (1892-1944), libanês que se tornou advogado e fazendeiro no Brasil, e Oswaldina dos Santos Nasser (1914-2000).

Cinco anos após seu nascimento, seu pai foi diagnosticado com câncer na garganta e teve que se mudar para o Rio de Janeiro para receber tratamento médico. Assim, ela e

a sua irmã Maria Stella (1936-2018) são levadas para Uberlândia a fim de morar com a irmã mais velha do seu pai, Anna Nasser, também libanesa, e seu marido, Elias Jorge.

Em 1944, Gabriel Nasser veio a óbito, e Oswalda dos Santos Nasser se casa novamente. Assim, Consuelo e Maria Stella Nasser ganharam três irmãos: Eduardo, Paulo e Sônia Regina Santos Penteado. A última se tornou próxima da personagem principal da dissertação, principalmente depois de se casar com Telmo de Faria, que foi sócio e amigo de Batista Custódio, ex-marido de Consuelo Nasser, tornando-se ambas jornalistas.

Consuelo e sua irmã Maria Stella viveram com seus tios durante dois anos e estudaram no Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, escola fundada em Uberlândia em 1932, administrada pela Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado e, exclusivamente para a educação feminina.

Em 1945, as duas meninas se mudaram para o Rio de Janeiro para morar com a irmã mais nova de Gabriel Nasser, a tia Maria. Novamente as irmãs foram matriculadas em um colégio confessional para moças, o São Marcelo, no Bairro da Gávea. No final do mesmo ano, Consuelo Nasser e sua irmã voltaram a Goiás para morar em Goiânia, com o seu tio Alfredo Nasser, que já havia sido deputado federal e era senador e jornalista, na ocasião. Eles moravam em uma pequena casa, situada na Rua 71, no antigo Bairro Popular.

Enquanto o tio se dividia entre o Jornal do Povo (fundado por ele em 1946) e o Senado Federal do Rio de Janeiro, as irmãs Nasser foram matriculadas no Colégio Estadual Lyceu de Goyaz. Consuelo foi aprovada no vestibular aos 17 anos de idade, em sétimo lugar, depois de concorrer com mais de quatro mil candidatos. Antes mesmo de concluir o curso secundário no Lyceu, ela mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar na Faculdade Nacional de Direito (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), no Campus da Praia Vermelha, no Bairro da Urca.

Apesar de todo poder de influência de seu tio, a personagem principal sempre negou as propostas de emprego público para se manter em terras cariocas. Ela conseguiu uma vaga no pensionato confessional para moças e começou a trabalhar em entidades particulares, como a União Brasileira de Escritores, na seção do Rio de Janeiro, onde conviveu com nomes ilustres das letras nacionais, como Peregrino Júnior, Eneida, Jorge Amado, Homero Homem e Carlos Drummond de Andrade.

Durante a graduação, inicia sua atuação militante, tornando-se uma liderança estudantil. Foi aluna de um dos criadores da Política Externa Independente da era Jânio Quadros (1961), o advogado San Tiago Dantas.

Muito aplicada aos estudos, ela só saía do rígido cotidiano acadêmico para participar das reuniões da União Nacional dos Estudantes (UNE) e para se encontrar com o tio Alfredo Nasser quando este estava na capital federal. Ainda na entrevista ao Jornal Opção, em março de 1998, a protagonista deixa clara sua oposição política ao tio, quando fala de movimentos ocorridos no Rio de Janeiro contra o então Presidente Juscelino Kubistchek:

Quando estava grávida de oito meses, no Rio, resolvi participar de uma manifestação contra o Juscelino Kubitschek. Meu tio Alfredo Nasser perguntou: “Você tem que ir mesmo nessa manifestação”? Eu disse: “Tenho que ir. As mulheres grávidas ficam na frente para a polícia não atirar nos rapazes”. Então, ele falou: “Toma esse dinheiro e vai comprar uma calça comprida. De saia não vai dar nem para correr da polícia”. (JORNAL OPÇÃO, 17/04/1998, p. A-17)

Um dos autores prediletos da feminista era o romancista russo Fiódor Dostoiévski, autor que retrata a autodestruição humana, o suicídio e outros estados patológicos. Outro escritor muito importante para Consuelo, pelas suas ideias revolucionárias, foi o russo Vladimir Mayakovsky. Já a autora que influenciou muito sua personalidade, principalmente no teor feminista, foi a escritora e filósofa Simone de Beauvoir. Consuelo Nasser acreditava na assertiva beauvoiriana de que ninguém nasce mulher, torna-se.

No início do ano de 1959, Alfredo Nasser é eleito deputado federal (1959-1963) e vem à capital goiana para a cerimônia de posse acompanhado de sua sobrinha. Nesse ano, o ambiente político em Goiânia era de protesto estudantil contra o aumento das passagens no transporte coletivo, e Consuelo, honrando sua personalidade militante, participou dos movimentos.

O governador José Feliciano (1959-1961), do Partido Social Democrático (PSD), determinou violenta repressão contra as manifestações que estavam acontecendo por conta do aumento das passagens no transporte coletivo. Após intensa coibição a um protesto de estudantes secundaristas, em que estavam presentes Consuelo Nasser, Batista Custódio, Telmo Faria, Javier Godinho, Valterli Guedes e Zoroastro Artiaga, um estudante foi assassinado pela polícia em frente ao Mercado Central de Goiânia.

Diferentemente do que ocorreu em muitos jornais do Brasil, que trocavam os textos censurados por matérias totalmente aleatórias, imagens bizarras ou lacunas vazias,

com a intenção de avisar ao leitor que ali existia o controle da informação, os noticiários do estado de Goiás não arriscavam tanto. Em geral, mudavam os conteúdos por outros mais moderados ou definidos pelos controladores, realizando, assim, a autocensura.

Porém, durante o governo Vargas e a ditadura militar, não havia apenas aceitação e obediência na imprensa goiana. Existiam muitos veículos de oposição que eram obrigados a agir na ilegalidade, pois eles eram conhecidos pelos censores. Um grande exemplo disso foi o jornal *Cinco de Março* (1959-1979), um veículo goiano que durou 23 anos e deixou um legado marcante.

Por conta de todo esse cenário político, Alfredo Nasser realizava várias reuniões de teor político em sua casa, e foi nessas reuniões que oficialmente Consuelo Nasser conheceu Batista Custódio. Durante esses encontros, Batista Custódio, Telmo Faria e Jávier Godinho, com o apoio de Alfredo e Consuelo, Valterli Guedes e Zoroastro Artiaga, decidiram fundar o jornal *Cinco de Março*, que tem esse nome como forma de homenagem ao estudante assassinado poucos dias antes. Para possibilitar a impressão do jornal, Alfredo Nasser doou a tipografia do já fechado *Jornal de Notícias*, fundado em 1952, e que lhe deu grande visibilidade.

Em 1960, a personagem principal se forma em terceiro lugar, em uma classe de maioria masculina e, em 1963, ela regressa a Goiânia. A militante começou a trabalhar meio-expediente na Assembleia Legislativa de Goiás e no outro expediente assumiu o cargo de redatora-chefe do *Cinco de Março*, considerado o maior semanário da imprensa goiana e o principal jornal de oposição ao governo, características que atraíram a jornalista:

Nos oito anos seguintes, o semanário atacou fortemente os governos. As matérias eram muito pessoais, sustentadas em bordões e nem sempre se verificava a veracidade das notícias. Foi atuando como jornalista na edição do jornal que Consuelo Nasser e Batista Custódio se aproximaram e compartilharam a partir de então momentos políticos importantes na história goiana.

Na ocasião em que conheceu Consuelo, Batista Custódio ainda era casado, mas logo se separou e se mudou para a casa de Consuelo. Na época ainda não existia o divórcio no Brasil, e o fato foi considerado um escândalo. Segundo ela, o que foi primordial para união dos dois foi o risco de ela ser presa, uma vez que essa já era intenção do governador Mauro Borges.

Um dia o Batista apareceu com a mala dizendo que tinha sido expulso de casa. Primeiro, ficou na sala de visitas; depois, na copa; depois, no quarto de

hóspedes; até que foi para o meu quarto. Mas o que houve de definitivo na minha união com ele foi o risco de eu ser presa. O Alfredo Nasser mandou um recado para que eu fugisse, informando que era intenção do governo Mauro Borges me prender para que ele se incompatibilizasse com os militares. Tanto o Mauro quanto o Nasser não morriam de amores pelos militares. Mas o Nasser achava um desaforo os Ludovico terem atravessado toda a ditadura de 37 e continuarem depois na ditadura de 64. O Nasser queria uma folga para os amigos dele, é o que dizia. Meu tio tinha muita consciência do que estava acontecendo. Ele falava que os militares iam tomar tudo por mais de 30 anos. E tinha muito medo da violência política. (JORNAL OPÇÃO, 17/03/1998, p. A-18)

A personagem principal dizia que o interesse por Batista nasceu por admiração e inveja ao mesmo tempo. Segundo ela, Batista era um homem livre, desafiador e que fazia um jornalismo ousado, e ela era uma mulher contida e educada segundo os padrões de etiqueta da época. Com o convívio dos dois, ele se tornou mais contido e ela mais agressiva. Um influenciava o outro:

Fui atraída pelo Batista pela inveja que eu tinha dele. Tive uma educação muito contida, enquanto o Batista era uma pessoa sem limites. Com o tempo, acho que adquiri um pouco da personalidade dele e ele da minha. Ele se tornou uma pessoa contida, estudada, que faz tudo calculadamente. Acho que o amor nasceu da inveja entre os opostos. Procurei copiá-lo e ficar mais agressiva do que já era. Porque o Batista era incrivelmente mais agressivo do que eu. Ele tem um carisma enorme com as pessoas. É capaz de esgotar até a última gota de sangue dos jornalistas que trabalham com ele, mas os jornalistas jamais têm coragem de lhe dizer não. Ele infunde entusiasmo. Eu, se pedia para alguém refazer um texto pequeno, ele ficava de mal comigo para o resto da vida. Por isso, eu tinha inveja daquela simpatia do Batista. Talvez ele invejasse as minhas etiquetas todas. (JORNAL OPÇÃO, 17/03/1998, p. A-18).

Com o Golpe Militar em abril de 1964, Batista Custódio e Telmo de Faria foram presos. Alfredo Nasser, preocupado com sua própria carreira, fez com que a protagonista fugisse para Caiapônia, pois o governador Mauro Borges a queria presa também. Quando Batista Custódio foi solto, ele se asila em Caiapônia, na casa de Consuelo.

Nessa pequena cidade do sudoeste goiano, Consuelo Nasser e Batista Custódio se casam na Paróquia São Nicolau, vinculada à Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina. Consuelo Nasser foi mãe de nove filhos: Júlio (atual presidente do *Diário da Manhã*), Fábio, Tanila Romana, Luciana, Mônica, Jorge, Sérgio, Camila e Vanessa. Tanila morreu com dois meses de vida (1966) e Fábio aos 32 anos de idade (1999).

Na segunda parte da referida antológica entrevista, a jornalista fala de sua atuação no jornal *Cinco de Março*, dos momentos críticos, como o golpe de 1964, os meses sem receber salário, seu retorno a Caiapônia e seu casamento “forçado” com Batista Custódio:

Na época do golpe, eu já não queria mais continuar no Cinco de Março. Estava completando seis meses de casa sem receber salário. Eles achavam que só de

me deixarem trabalhar e, ainda por cima, de me dar um cargo de chefe de redação, já era uma bênção. Mas eu precisava de dinheiro, ganhava pouco na Assembleia. Mesmo assim, em abril de 64, quando o Batista e o Telmo foram presos, eu queria ser presa, mas não consegui. O Alfredo Nasser mandou me dizer que se eu fosse presa iria comprometer a vida dele totalmente. Ele teria que romper com o regime. Havia um inquérito contra mim, no Rio, devido à minha atuação na UNE. Então, fugi para Caiapônia. O Batista foi atrás de mim. Tivemos que nos casar, porque, em Caiapônia, não se pode cair na língua do povo. Saímos de lá totalmente comprometidos um com outro, embora eu ache que não era intenção dele se casar comigo, nem minha de me casar com ele. Foi mais uma consequência da fuga. Em agosto de 64, reabrimos o jornal. Eu e o Batista. Eu como sócia dele. Nossa primeira manchete foi contra a PM. No dia 10 de agosto, a PM, comandada pelo coronel Clementino Gomes, invadiu e quebrou o jornal. Foi o Mauro quem mandou. Ou talvez nem ele, mas o entourage dele. O Mauro estava muito ofendido com a gente. Como não tínhamos a quem atacar, atacávamos o governo dele. Levamos uns três meses remendando toda a quebradeira. Na época, o Jávier Godinho já estava trabalhando no Cinco de Março, tinha sido demitido d'O Popular, por imposição do golpe. Continuamos o jornal do jeito que era. Contestamos o golpe muitas vezes. (JORNAL OPÇÃO, 17/03/1998, p. A-19)

Quando ocorreu a prisão de Batista Custódio e Telmo de Faria, o *Cinco de Março* ficou fechado por cinco meses. Em agosto de 1964, Batista e Consuelo reabriram o jornal, só que dessa vez como sócios.

A primeira notícia do jornal foi denunciando a PM, publicada no dia 08 de agosto do mesmo ano. A matéria denunciou o roubo de cinco milhões de cruzeiros dos cofres da Polícia Militar de Goiás. De acordo com a denúncia, feita por um próprio oficial da PM, os militares teriam rifado armas, munição e equipamentos para cobrir o desfalque antes que fosse visível por algum superior.

Em decorrência dessa matéria, poucas horas depois da abertura do jornal no mesmo dia, dois jipes da PM invadiram sua matriz, atirando e quebrando tudo, comandados pelo coronel Clementino Gomes. O jornal ficou um mês sem funcionar, sob manifestações da imprensa brasileira.

Mesmo tendo recorrido ao Judiciário contra os danos financeiros provocados pela atividade da PM, o prejuízo nunca foi restituído e demorou três meses para que tudo fosse consertado. Apesar da censura e das mudanças que a degradação da democracia causou na imprensa brasileira durante o golpe militar de 1964, o *Cinco de Março* não retrocedeu e manteve seu alinhamento com as denúncias de corrupção, péssimos serviços públicos, imoralidade e desmazelo com a natureza pública intrínseca ao Executivo e ao Legislativo.

Em 1965, o semanário chegou a vender 60 mil exemplares por edição. A partir de 1970, com a ascensão ao poder do general Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) e o

endurecimento do Regime Militar, com torturas, sequestros e desaparecimentos, a linha editorial do *Cinco de Março* foi amenizada.

Para a personagem principal, o jornal *Cinco de Março* teve duas etapas, a primeira até a década de 1970, com destemida afronta às administrações públicas (federal, estadual e municipal), recheado de jargões e vícios, tendo como essência o jornalismo parcial. A segunda fase é a partir de 1970, com o enrijecimento da ditadura, desenvolvendo textos com assuntos noticiosos e moderados, entendendo todas as partes e investigando os acontecimentos com melhor cuidado.

Apesar de toda a cautela, Batista Custódio foi preso novamente em 1970, por crime de opinião. Dessa forma, além do controle editorial, a protagonista assume também a administração do *Cinco de Março* e a batalha para a libertação do marido, cujo encarceramento durou oito meses.

Consuelo Nasser fala também das formas que o jornal usava para atingir o governador Otávio Lage, como publicar páginas em branco intituladas “As realizações do governo Otávio Lage”. Porém, depois que Batista foi solto e retornou ao jornal, o semanário assumiu um caráter mais precavido ainda. Segundo a redatora, tornou-se quase um aliado do governo.

Mesmo sendo uma das sócias-proprietárias do *Cinco de Março*, a jornalista inquieta participou de uma greve no jornal. Ela dizia que contestava o poder fora e dentro do jornal, ou seja, era oposição também ao jornalista Batista Custódio, seu marido, pois ela era contra essa posição pacífica do semanário:

A marca do *Cinco de Março* era não ter medo de denunciar os poderosos. Não tínhamos o menor escrúpulo de denunciar. Quando o Batista estava preso, em 1970, ele escreveu um artigo sobre isso, com forte influência minha. Discutimos o tema, e eu disse a ele: “Batista, ninguém quer tratar dos nossos filhos, dar matrícula na escola para eles. Eu estou sem campo lá fora e você aqui dentro não está vendo”. Tínhamos sete filhos, três naturais e quatro adotivos. Foi quando entraram no jornal o Haroldo de Britto, o José Luiz Bittencourt, o Anatole Ramos, o Marco Antônio da Silva Lemos. Havia saído o Jávier Godinho, que tinha um texto muito mais apaixonado do que esses que entraram. Então, o Batista escreveu o artigo com o título “Ainda que eu ande pelo vale da morte”, separando os dois períodos do *Cinco de Março*: antes e depois de 70. Antes, era o que eu chamava o período de “cachorro louco”, quando a gente mordida indistintamente. Na fase seguinte, que o Batista anunciava neste artigo, íamos ouvir as duas versões e não mais publicaríamos matérias levianas. O Batista pedia perdão para todo mundo. Tínhamos ferido muitas pessoas com o *Cinco de Março*, mas sem levar vantagem. Nossa principal influência foi O Binômio [criado em 1952 e dirigido por José Maria Rabelo e Euro Arantes], um jornal de Belo Horizonte. (JORNAL OPÇÃO, 17/03/1998, p. A-19)

Ainda naquela entrevista, o jornalista Euler Belém questiona se havia uma preocupação da edição do jornal em checar as informações antes de publicá-las, uma vez que suas manchetes atacavam de forma direta os governantes, mas Nasser diz que somente com a reabertura do jornal, e após o pedido de desculpas feito por Batista, é que a comprovação dos fatos se tornou uma preocupação:

Não nos preocupávamos muito não em comprovar os noticiários. Só depois de 70, na segunda fase do jornal, é que passamos a nos preocupar. A partir daí assumi de fato o jornal e tinha brigas homéricas lá dentro. Às vezes, fazíamos um jornal de primeira classe, mas a primeira página era de última categoria. Trazia uma manchete enorme para uma matéria de meia dúzia de linhas. Uma das minhas brigas no Cinco de Março foi para expulsar o Edson Nunes, que acabou saindo em 75. Aí ele criou um jornal só para destruir o Batista e eu. (JORNAL OPÇÃO, 17/03/1998, p. A-20)

Para agravar a situação, Edson Nunes, jornalista que Consuelo sempre quis expulsar do semanário, criou o jornal *O Repórter* em 1975, fazendo uma campanha de desconstrução da imagem do *Cinco de Março* e dos seus proprietários, em especial a da personagem principal, que era rotulada de “caloteira” e de “prostituta”. A redatora estava convicta de que o jornal *O Repórter* era mantido pelo SNI (Serviço Nacional de Inteligência) e pelo governo de Irapuan Costa Júnior (1975-1979).

Outra importante personalidade citada por ela na entrevista foi o ex-governador Iris Rezende. Consuelo Nasser fala da relação do político com Batista e o jornal *Cinco de Março*:

O Iris cortejava o Batista demais. Ele ia na casa da gente e pedia ajuda. Tinha uma admiração apaixonada pelo Cinco de Março. Um intelectual, assessor do Iris, me contou que, toda vez que o Iris sabia que o Batista estava na sala de espera de seu gabinete, antes de mandar o Batista entrar, ele dizia a seus assessores: “Manda entrar os pobres”. E fingia que não sabia que o Batista estava lá. Ficava conversando com aquelas mulheres esfarrapadas, para que o Batista visse. Ele sabia que aquilo mexia com o idealismo do Batista e que o Batista sairia dali pensando: “Que homem maravilhoso”! Eu ficava afastada, não aparecia, quase não conversava sobre política. Sempre fui de oposição, dentro do Cinco de Março e do Diário da Manhã. (JORNAL OPÇÃO, 17/03/1998, p. A-20)

A militante conta também das brigas internas em relação à direção do jornal e sua briga com Batista por ele ser aliado ao governo, o que para ela era inaceitável, pois dessa forma o jornal perderia seu caráter de denúncia, passando a ser apenas uma vitrine das ações do governo estadual:

O Batista era o governo. Então, eu era a oposição dele dentro do jornal. Uma vez, o Santa Cruz Serra Dourada comandou uma greve dos operários do Cinco de Março contra um protegido que o Batista havia posto como diretor, o Durval Pedroso. Eu aderi a essa greve junto com o Santa Cruz. (JORNAL OPÇÃO, 17/03/1998, p. A-21)

Quando o *Cinco de Março* estava praticamente falido, com filas de credores, centenas de títulos protestados, salários dos funcionários atrasados e crédito cortado pelos fornecedores, a jornalista não apenas se mobilizou por um ano para sanar as dívidas, como conseguiu estruturar uma poupança, que acabou sendo utilizada pelo marido para abrir o *Diário da Manhã*. O feito lhe rendeu a condição de ser a primeira mulher a conquistar, em Goiás, o título de Empresária do Ano, por duas vezes: primeiro em 1977 e depois em 1979.

Em março de 1979, Nasser sai do jornal *O Cinco de Março* e permanece afastada do cenário jornalístico e empresarial por 44 meses. Em novembro de 1982, assume a direção financeira do *Diário da Manhã*, que iniciava a sua segunda fase editorial, sob a batuta de Washington Novaes.

Quinze meses mais tarde, em março de 1983, Consuelo acumulou o comando da Empresas Reunidas de Comunicação (ERC), que reunia três rádios (Executiva FM, Jornal de Goiás [atual Rádio 820 AM/Band] e Clube de Goiânia [atual Rádio 730 AM]) e o jornal Folha de Goyaz. Em 1984 ela fundou e comandou editorial e administrativamente o jornal *Edição Extra*.

Enquanto isso, o Estado estava sendo comandado por Iris Rezende, que entrou em choque com a linha editorial dos impressos, resultando no fechamento do complexo de comunicação. Primeiro, em agosto de 1984, a *Folha de Goyaz* e dois meses depois, em outubro, o *Diário da Manhã*. Em 5 de fevereiro de 1985 o jornal *Edição Extra* teve a sua circulação interrompida

Nessa época não somente seus trabalhos foram finalizados, como também seu casamento. Depois de 23 anos juntos, Consuelo Nasser e Batista Custódio se separam, em 1985. Ela costumava justificar a separação como uma maneira encontrada pelos dois para não se agredirem.

Porém, mesmo com as dificuldades, Consuelo estava decidida a continuar no jornalismo. Pouco antes da protagonista completar 47 anos de idade, em dezembro de 1985, ela e seu filho Júlio Nasser criaram a *Revista Presença*, uma mídia editada e dirigida exclusivamente por mulheres e que abordava temas relacionados à condição da mulher goiana. A capa e as páginas coloridas eram rodadas em São Paulo, onde havia a nova tecnologia da digitalização.

O último número da revista circulou em abril de 1991, quando Iris Rezende novamente estava no poder em Goiás, e a personagem principal decidiu não mais lutar contra o poder do governo estadual. A revista teve repercussão local entre os anos de 1970 e 1980. Sobre a revista, a redatora feminista disse:

Foi a minha glória e o meu fracasso. O governador Santillo tinha aumentado o convênio do Batista e diminuído o meu, segundo a dona Sônia Santillo, porque o Batista havia dito que eu iria deixar a revista, que estava doente. Então, quando o Batista se humilhou para o Iris, eu pedi a ele que se humilhasse por mim, mas ele não quis. Então, eu preferi fechar a Presença. Eu me recusei a ficar sentada duas horas para implorar o convênio para o Iris. Tinha muita mágoa do Iris. Ela só acabou recentemente. Não tenho raiva do Ary Valadão, apesar de ele ter me prejudicado ao ajudar o Batista a abrir o Diário da Manhã. O Diário da Manhã tinha um conselho de redação plenipotenciário, que mandava em tudo. Fiquei horrorizada. Esse conselho acabava com o Iris. O Popular é diferente. É mais empresarial. O Batista, para defender o Maguito, se esgoelou tanto, se desmoralizou, enquanto O Popular, depois das eleições, ficou montado na carne seca. O Popular apoiou o Ronaldo Caiado. O Caiado tomou ódio do Batista. (JORNAL OPÇÃO, 17/03/1998, p. A-21-22)

Em outubro de 1988, a militante foi homenageada pela Câmara Municipal de Goiânia com o título de Cidadã Goianiense, após aprovação unânime pelos vereadores. A indicação foi feita pelo vereador Daniel Borges (PMDB) e a homenagem foi entregue pela própria primeira-dama da capital, Arcídia dos Santos Oliveira.

Em 1991, depois do fechamento da revista, Consuelo Nasser se dedicou exclusivamente ao Centro de Valorização da Mulher (Cevam), à luta feminista e ao livro que ela escreveu contando a história de seu tio Alfredo Nasser. Mesmo com as divergências políticas e morais, a escritora tentou remontar a trajetória política do seu tio, por meio de seus artigos e discursos, uma tarefa árdua, principalmente pela quantidade e densidade dos conteúdos.

Com o apoio do filho Fábio Nasser, da amiga Maria Cabral e dos jornalistas Haroldo de Britto e Carla Monteiro, em 1995, a jornalista lançou o livro *Alfredo Nasser – O líder não morreu*, com 438 páginas, pela editora Líder e com o apoio da Assembleia Legislativa de Goiás.

Os três últimos anos de vida de Consuelo Nasser foram marcados por profunda dor, em decorrência do suicídio do filho Fábio Nasser, em 17 de janeiro de 1999. Nasser não suportou a dor e tentou se matar pela primeira vez, ingerindo todos os barbitúricos (composto químico orgânico sintético) existentes em sua casa. Ela sobreviveu, mas perdeu o sepultamento do filho.

No dia 20 de agosto de 2002, sete anos após a entrevista histórica, ela colocou fim a sua vida com um tiro na cabeça. As razões são várias, a central talvez seja a ausência do filho Fábio Nasser. Um de seus sonhos não foi realizado: Consuelo queria publicar um livro de Fábio. A protagonista estava com 63 anos de idade. Em 28 de dezembro de 2017, Consuelo Nasser completaria 80 anos de vida.

1.2 A criação do Cevam

A associação entre famílias e patriarcado remete à origem do termo “família”, oriundo do vocábulo latino *famulus*, que significa “escravo doméstico”. Esse novo organismo social – a família – consolidou-se enquanto instituição na Roma Antiga. A família romana era centrada no homem, sendo as mulheres, no geral, meras coadjuvantes. O patriarca tinha sob seu poder a mulher, os filhos, os escravos e os vassalos, além do direito de vida e de morte sobre todos eles. A autoridade do pai sobre os filhos prevalecia até mesmo sobre a autoridade do Estado e duraria até a morte do patriarca, que poderia, inclusive, transformar seu filho em escravo e vendê-lo (Engels, 1997; Xavier, 1998).

Cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas e estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (Millet, 1970; Scott, 1995).

“O poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública”. Nesse sentido, há, segundo Pateman, um patriarcado moderno, contratual, que estrutura a sociedade civil capitalista (PATEMAN, 1993, p.167)

Consuelo Nasser foi uma mulher conhecida por ter personalidade forte e por ser considerada feminista. Muitos, inclusive, a questionavam sobre a perda de sua feminilidade, ao que ela respondeu dizendo que ideias que falam sobre a perda de

identidade feminina são estereotipadas, sem profundidade e que não espelham a realidade. Licínio Barbosa esclarece:

Em verdade Consuelo tinha o hábito incômodo de pensar alto, e de manifestar sem reservas sobre questões que examinava e as causas que abraçava. [...] Sua luta pela causa da mulher não lhe atingiu a feminilidade de mulher bonita. – Daí haver escrito, em algum momento, como toda a lucidez. A imensa maioria das mulheres goianas não quer, no momento atual, um movimento literalmente feminista. – Quer um movimento feminino. (JORNAL OPÇÃO, 17/03/1998, p. A-17)

Lembrando que, logo após a finalização da entrevista, Nasser questionou o jornalista Euler de França Belém: “E, aí, Goiás ficou irritado?”. Percebe-se, portanto, a intenção de Consuelo de incomodar a todos. Ela ia na contramão da maioria das pessoas. Por exemplo, quando as pessoas estavam deixando de ser comunistas, ela filiou-se ao PC do B.

A protagonista era apaixonada por Che Guevara e Fidel Castro e participou de uma conferência de mulheres em Cuba. Ela conta que estudou todo o estatuto do seu novo partido e garantiu que sua entrada no PC do B não era brincadeira. Desde o início de sua vida pública, a personagem principal demonstrou aversão política a partidos, o que justifica:

É que eu estou achando tudo muito podre. Vou dar um exemplo: descobri que há três entidades patronais em Goiânia, riquíssimas, que arranjaram cada uma um juiz, só para resolver as pendências que surgem entre elas e os consumidores. A sociedade está podre. Ela é uma democracia só na aparência. Ninguém pode se candidatar a nada se não tiver um grupo forte por trás. Outra coisa que contribuiu para a minha adesão ao PC do B foi o fato de que eles mudaram, não eu. O Partidão tinha essa ideia de chegar ao poder pelo voto. Agora, o PC do B também está trabalhando com essa perspectiva, além de estar admitindo as religiões. A religião é inerente ao ser humano, que é tão frágil diante das agressões da vida que, se não tiver um Deus, enlouquece. Não sou religiosa, mas sou muito mística, cheia de santinhos e de benzeções. (JORNAL OPÇÃO, 17/03/1998, p. A-20-21)

O jornalista Hebert de Moraes atribui a Consuelo Nasser uma postura conservadora, em virtude de seus posicionamentos morais, familiares, políticos e religiosos. Ela, então, defende-se alegando que essa postura seria uma estratégia para aproximação de grupos conservadores e para defesa das minorias a quem ela se dedicava:

Sou mais avançada do que meus filhos. Sou uma mulher do terceiro milênio, como diz a Rose Marie Muraro, num livro que ela dedicou a mim. Eu nasci assim e procurei criar minhas filhas com toda a liberdade. O Alfredo Nasser também era um homem avançado, menos com a família dele. O problema é que eu não sou uma mulher política, mas sou uma mulher pública. Tenho o meu eleitorado anônimo. E não posso andar em desacordo com a cultura média da mulher goiana em questão familiar, que é muito espinhosa. O Cevam, por exemplo, foi saudado pelo Martiniano Cavalcante, candidato a prefeito pelo

PSTU, que disse: “Às feministas aqui presentes, quero dizer que sou a favor do aborto, do amor livre, do homossexualismo feminino”. Ele nos chamou todas de lésbicas. Se eu me apresentar com essa imagem perante a mulher goiana, eu perco todas as conquistas que tivemos até agora. A minha luta é contra a violência, contra os preconceitos. E tenho que ser estratégica nessas questões familiares. Mas, em outros aspectos, sou avançadíssima. Acho, por exemplo, que esse capitalismo nojento cria um individualismo feroz. Os muros altos de Goiânia não são apenas por questão de segurança, mas também para não se ver o próximo. Eu, por exemplo, sempre tive muito remorso social. Por isso criei 16 filhos. Sempre tive vergonha de viver bem numa sociedade de terceiro mundo onde tem tanta gente concebida na miséria mais absoluta. Houve uma época em que tudo tinha caído: o Muro de Berlim, meu casamento, o jornal, meus filhos se casaram. Fiquei muito sozinha. Parecia que tudo estava perdido. Mas descobri uma coisa: nos países do Leste Europeu, o comunismo está cada vez mais forte. Ele é um sistema social onde impera a solidariedade. E, hoje, o comunismo não é mais estatizante. Há alguns setores que ainda pregam a estatização absoluta, mas não todos. Mas acho que os serviços essenciais do Estado devem ser nacionalizados. (JORNAL OPÇÃO, 17/03/1998, p. A-21)

Ao contrário do que sugere Hebert de Moraes, é possível afirmar, a partir de entrevistas concedidas e artigos escritos pela jornalista, que ela era uma mulher polêmica e vanguardista. Definia a sociedade brasileira e goiana da década de 1970 como agrária, arcaica e patriarcal.

Seguindo esse posicionamento, Nasser toma como motivação de luta a causa de mulheres violentadas ou assassinadas. A jornalista considerava um absurdo nenhum homem no Estado de Goiás ter sido preso por violência contra mulher, apesar do grande registro desse tipo de violência. Foi com o assassinato da cantora Eliane de Grammont, em março de 1981, que Consuelo decretou que a violência contra a mulher em Goiás não sairia mais impune. A cantora foi assassinada por seu ex-marido, o músico goiano Lindomar Castilho, que alegou ter sido motivado por ciúmes.

Amiga de mulheres que compartilhavam da mesma opinião, como Linda Monteiro, Mari Baiochi, Marília Vecci, Amália Hermano, Belkiss Spenciere, Gloria Drummond, Maria Cabral, Ivone Silva e Gracie Climaco, a protagonista provocou a todas para a criação de uma entidade que questionasse publicamente a violência contra a mulher.

Em 1981, entre uma e outra reunião na casa da amiga Linda Monteiro, a militante feminista fundou o Centro de Valorização da Mulher (Cevam), cujo nome foi sugerido pela irmã de Consuelo Nasser, a jornalista e advogada Sônia Penteadó, que recentemente tinha feito uma matéria com o Centro de Valorização da Vida (CVV).

O propósito da entidade é mobilizar as mulheres e a sociedade goiana contra toda opressão à mulher, desde preconceitos à violência extrema. Para alcançar esse objetivo, o Cevam desenvolve campanhas permanentes de esclarecimento, realiza passeatas e acolhe mulheres e crianças que foram violentadas ou abandonadas.

Nasser foi a primeira presidente da fundação, que além de administrar, também advogava gratuitamente. Por causa de todo esse trabalho, o Senador Demóstenes Torres levou ao Senado o Projeto de Lei intitulado “Consuelo Nasser”, que tinha como objetivo a punição de crimes domésticos contra a mulher.

Para a época, as campanhas feministas do Cevam eram avançadas e de grande impacto. Tanto o foi que, em 1984, a então presidente Linda Monteiro conseguiu associar 800 pessoas, entre homens e mulheres, além de organizar 30 militantes em agendas de palestras, passeatas e piquetes.

Em 1985, quase quatro anos após ter sido criado, o Cevam conseguiu que o prefeito Nion Albernaz (1983-1985) sancionasse uma proposta da vereadora Conceição Gayer, criando o Conselho Municipal da Condição Feminina.

Cinco meses depois, o Cevam conseguiu outra vitória: em setembro de 1985, o governador Iris Rezende inaugurou a primeira Delegacia Especial de Polícia de Defesa da Mulher em solo goiano e a segunda do Brasil. A primeira mulher a ocupar o cargo foi a delegada Nadir Batista Cordeiro.

O Cevam lutou e conseguiu que a Secretaria Estadual da Condição Feminina fosse criada em 1987, a primeira da América Latina. O governo era de Henrique Santillo (1987-1991) e a primeira secretária foi Maria Célia Vaz. Dois anos depois, ela foi substituída por Marilene Viggiano, que dirigia o Cempaigo (presídio em Aparecida de Goiânia).

Em 1º de junho de 2007, através da Lei 16.042, a Secretaria foi substituída pela Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial – SEMIRA. A nova Secretaria surgiu a partir das antigas Superintendências Estaduais da Mulher e da Igualdade Racial, com o objetivo de desenvolver ações que visem diminuir as desigualdades e discriminações de gênero, étnico-raciais, de orientação afetivo sexual e geracional em Goiás. Sua atual secretária é Gláucia Maria Teodoro Reis.

Todos os documentos do Cevam, como projetos, atas e pesquisas, foram transferidos para a SEMIRA, mas em 1991 esse órgão foi extinto pelo novamente governador Iris Rezende (1991-1995). Parte dos arquivos retornaram para a nova sede do

Cevam, que era a própria casa de Consuelo Nasser, na Avenida 86, no Setor Sul, em Goiânia.

Dessa maneira, a jornalista dedicou os últimos 11 anos de sua vida exclusivamente à luta pela causa feminista e à entidade, agregando ao Cevam, além do abrigo, os serviços médico, odontológico e psicológico para as mulheres vitimadas pela violência doméstica e sexual (Projeto Nove Luas) e adolescentes (Projeto Castelo dos Sonhos). O primeiro é voltado para o atendimento de mulheres vítimas da violência doméstica, que em sua maioria, chegam acompanhadas por seus filhos. Já o segundo programa é direcionado à população de jovens mulheres abusadas sexualmente.

O Cevam contribui para a preservação da memória de Nasser por meio de homenagens públicas e conservação de documentos e arquivos que contam a sua história. Após a sua morte, o Cevam passou a receber seu nome: Centro de Valorização da Mulher Consuelo Nasser.

Há oito anos, a instituição não possui mais vínculo com o governo, tornando-se uma organização não governamental (ONG) e funciona em parceria com o órgão Casa da Mãe Sozinha Anália Franco. As entidades sobrevivem somente com trabalhos voluntários e doações para pagamento das despesas, que giram em torno de R\$ 50 mil mensais. Durante todo o tempo de existência das iniciativas, mais de 25 mil mulheres foram acolhidas e, no ano de 2019, mais de 50 mulheres estão abrigadas no Cevam.

2 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE CONSUELO NASSER

2.1 Consuelo Nasser no *Diário da Manhã*

Amparando-se em outros jornais e publicações da época, Sarti (2001) enfatiza que o reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, como o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, para citar apenas os de São Paulo.

Dessa forma, Sarti (2001), diz que a divulgação e as análises das memórias desse tempo, a partir do relato das experiências a que tivemos acesso, desde os anos 90, por meio de publicações de jornalistas, estudos acadêmicos, filmes e eventos permitem uma leitura da origem da experiência feminista brasileira atual, que se inicia em meados dos anos 70 e se elabora ao longo das três décadas de atuação e reflexão feministas no Brasil, como uma experiência radical, no sentido de ser fundada em uma ideia e em uma posição definidas, ambas, pela noção de conflito.

Inúmeras publicações, tais como o livro pioneiro de Albertina Costa, Valentina Lima, Norma Marzola e Maria Teresa Moraes, que divulgaram os primeiros depoimentos das militantes, evidenciam as impressões e reflexões posteriores das mulheres que haviam passado por essa experiência política, marcada pela diferença de gênero que, a partir daí, pode ser nomeada. Foi um momento de desencanto, como aponta Garcia (1997), cujo significado será elaborado no exílio, em contato com o feminismo, principalmente europeu, e com a psicanálise. Discussões essas que foram essenciais para formação do pensamento de Nasser.

Os jornais *Brasil Mulher* (Londrina, 1975-80), *Nós Mulheres* (São Paulo, 1976-78), *Mulherio* (São Paulo, 1981-87) e *Chana com Chana* (São Paulo, 81, 82 e 87), que se constituem como manifestações relevantes das práticas feministas no Brasil, ao mesmo tempo em que se apresentam enquanto armas desse movimento, pois era através dos jornais que as feministas difundiam ideias transformadoras para muitas mulheres no espaço brasileiro. Através desses jornais, pode-se perceber também que o caminhar das ideias feministas ocorre de maneira acelerada e com diferenças bastante marcadas na evolução do movimento (MANINI, 1995/1996).

O jornal *Nós Mulheres*, em seu editorial do número 07, de março de 78, retrata essa posição conforme o trecho que a seguir:

Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não são só oprimidas enquanto sexo, mas também enquanto classe. No Brasil, dada a insipiência da organização de todos que lutam por uma sociedade democrática e, em particular, da organização das mulheres, essa liderança ainda não foi assumida. E esse é o grande desafio que enfrentamos. Será somente quando os movimentos amplos de mulheres das classes trabalhadoras e os atuais grupos feministas - em geral, mulheres pertencentes à classe média que tiveram acesso mais fácil ao conhecimento - integrarem-se como um todo orgânico, que o feminismo se tornará uma força concreta de transformação social. Por isso, NM continuará defendendo a perspectiva das mulheres trabalhadoras, registrando suas lutas e, ao mesmo tempo, tentando avançar na discussão de todos os aspectos que envolvem a repressão da mulher - e que vão desde o lugar ocupado por ela na estrutura produtiva até a própria repressão sexual.

Diante do que já foi exposto, fica plausível analisar como foi construída a imagem de Consuelo Nasser diante do Diário da Manhã. Até a data de vinte e quatro de setembro de 2020, o jornal já publicou mais de mil matérias denunciando e falando sobre a violência contra a mulher, então pode-se perceber que é um assunto recorrente no jornal.

Porém, não se fala muito sobre a protagonista. A maioria das reportagens em que seu nome é citado, tratam-se de matérias sobre sua família ou sobre o CEVAM. Quando se fala da jornalista, 75% das reportagens abordam a comenda Consuelo Nasser, que será tratada no próximo item.

O Jornal possui apenas duas matérias que fazem uma regressão à vida da jornalista, exaltando suas obras e homenageando a escritora, porém sem muita investigação e detalhamento. Enquanto que há seis reportagens sobre seu tio Alfredo Nasser e pode-se perceber a diferença de exaltação entre os dois pelas chamadas das matérias: as que se refere à Consuelo são intituladas “80 anos de Consuelo Nasser” e as que se referem ao Alfredo Nasser, o tratam como um herói, como “Alfredo Nasser, o Imortal Guerreiro” e “Alfredo Nasser, o paladino das liberdades públicas”.

Analisando a vida do tio e sua influência na vida de Consuelo, pode-se mencionar que Alfredo Nasser passou a residir em Goiânia, em companhia da irmã, Maria Nasser e das sobrinhas Consuelo e Stela, que, como filhas, vieram para sua guarda ainda meninas. Além delas, adotou mais cinco crianças pequenas, conforme iam chegando. Alfredo Nasser, esse que ganha destaque nas reportagens, que é uma grande figura da história sociopolítica de Goiás, demonstra orgulho quando fala da sobrinha:

O mesmo se dá com Consuelo Nasser, minha sobrinha. Consuelo formou-se em Direito e ao nos encontrarmos, nos primeiros dias deste ano, lhe perguntei: Filha, que vai fazer? Ela me respondeu: trabalhar em jornal. Ao lhe fazer a pergunta esperava que me fosse pedir um emprego, uma oportunidade, um jeito de ganhar dinheiro. Ante sua resposta pensei no Jaime Câmara, no Braga Sobrinho, no Waldemar de Melo. Afinal, são meus amigos e não me

seria tão difícil satisfazê-la. Ela ajuntou, antes que eu concordasse: No Cinco de Março. Adiante, Alfredo acrescenta: “Consuelo irá longe, tomem nota. Sua revolta contra as injustiças, a corrupção, as mentiras, a hipocrisia, trabalha em seu favor. Ela não calunia, sua linguagem é moderada, seu julgamento dos outros impressiona pelo equilíbrio.

Apesar da exposição superficial de sua vida e memória, Consuelo se destaca por sua trajetória de luta pelos direitos das mulheres e pela força de suas palavras. Entretanto, o Diário da Manhã a cita em suas notícias sem muito aprofundamento, sem nenhum detalhe, sem retratar sejam suas características ou rotina do dia a dia. Compreende-se, assim, que as verdades da personalidade integral de Consuelo Nasser são ocultadas e que sua identidade foi criada em vida com todas as suas palavras.

2.2 A comenda Consuelo Nasser

A partir dos anos 2000 houve tentativas de conservação da memória e condecoração a Consuelo Nasser a partir da criação de honrarias. Como forma de homenagem à figura da jornalista e sua luta em prol das mulheres, duas obras públicas receberam o seu nome. Em março de 2003, durante a Semana da Mulher, por ocasião do 8 de março, o governo estadual deu seu nome à Penitenciária Feminina, em seu Centro de Inserção Social, antigo Presídio Feminino, que integra a Agência Prisional. O nome atual é Penitenciária Feminina Consuelo Nasser, localizada dentro do complexo prisional, em Aparecida de Goiânia.

A outra homenagem foi feita pela administração municipal, em maio de 2009, quando o então prefeito Iris Rezende (2005/2010) sancionou a Lei nº. 8801, que deu nome de CMEI Consuelo Nasser à unidade de ensino localizada no Residencial Ana Clara. A denominação, de acordo com Rezende, foi homenagem à jornalista goiana que realizou importantes serviços de atendimento às mulheres do bairro, por meio do Cevam, lutando pelo respeito aos direitos e conquistas femininas da comunidade.

Em 2004 o vereador Euler Ivo (PCdoB) apresentou uma proposta de criação de uma medalha que contemplasse mulheres e homens estimuladores do respeito e defensores da liberdade. Sua filha, a vereadora Tatiane Lemos, tentou aprovar a ideia posteriormente, mas o projeto encontrou resistências e foi dissolvido com a ruptura da bancada feminina. Em 2013 a Assembleia Legislativa de Goiânia criou o Título Mulher Destaque Consuelo Nasser, entregue por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

Finalmente, doze anos após morte de Consuelo, foi criada a Comenda Consuelo Nasser, o título mais marcante que homenageou a feminista. A honraria tem a intenção de condecorar mulheres da sociedade goiana que combatem o desrespeito e a violência contra a mulher. Depois de nove anos tramitando na Câmara Municipal de Goiânia, a titulação foi aprovada no final de fevereiro de 2012, depois de grande luta da bancada feminina, composta pelas vereadoras Tatiana Lemos (PCdoB), Cristina Lopes (PSDB), Célia Valadão (PMDB) e Cida Garcêz (PV e posteriormente sem partido).

A comenda foi entregue pela primeira vez em 2014. As cerimônias acontecem no dia da mulher ou próximo a essa data; a primeira sessão foi dia 13 de março de 2014. A Vereadora Tatiana Lemos escolheu como homenageada a Delegada da Polícia Civil Ana Elisa Gomes Martins, que atua nas delegacias de Polícia de Apuração de Atos Infracionais (DEPAI) e de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA).

A segunda sessão foi dia 11 de março de 2015 e quem recebeu a comenda foi a primeira-dama e presidente de honra da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), Valéria Perillo. A indicação foi feita pela vereadora Cristina Lopes.

Em 2016 as quatro vereadoras entregaram as medalhas para duas mulheres: a secretária de Estado de Educação, Cultura e Esporte, professora Raquel Teixeira, e a presidente do Centro de Valorização da Mulher (Cevam), Maria Cecília Machado do Vale.

Raquel Teixeira, graduada em Letras, mestre pela UnB e doutora em Linguística pela Universidade da Califórnia, EUA, é docente universitária e tem reconhecido desempenho na área da educação. Ela é uma das integrantes do Conselho Nacional de Educação (1999-2001), foi relatora das Diretrizes Curriculares para a Formação em Nível Superior de Professores de Educação Básica e como presidente do CONSED (Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação), envolveu-se efetivamente do Plano Nacional de Educação.

A professora foi secretária de Educação do Estado de Goiás (1999-2001) e de Ciência e Tecnologia (2005-2006), ambas no governo Marconi Perillo. Também foi secretária da Cidadania em 2007 no governo Alcides Rodrigues. Foi deputada federal por Goiás pelo PSDB em 2002 e reeleita em 2006. Como política, colaborou com a criação das Leis 11.114/2005 e 11.274/2006, que, respectivamente, determina que as crianças ingressem na escola aos seis anos de idade e aumenta para nove anos o tempo do Ensino Fundamental, expandido um ano a vida escolar infantil.

Na mesma ocasião, as vereadoras também entregaram Diplomas de Honra ao Mérito a 43 mulheres escolhidas por todos os vereadores da Câmara. Entre elas estavam as deputadas estaduais Delegada Adriana Accorci e Eliane Pinheiro; a secretária de Estado da Mulher, Desenvolvimento Social, Igualdade Racial, Direitos Humanos e Trabalho, Leda Borges de Moura; a vice-presidente da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), Fabrina Müller Figuerêdo, e a secretária municipal de Educação e Esporte, Neyde Aparecida.

Elas fizeram parte da composição da mesa da sessão especial junto com o diretor do jornal Diário da Manhã, Júlio Nasser, filho de Consuelo Nasser. Dentre elas, Tatiana Lemos homenageou em especial a Dra. Janilda Guimarães de Lima, procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho de Goiás, Dra. Olímpia Dias de Azeredo Bastos, médica cardiologista, e Danila Guimarães, empresária de moda.

Das quatro vereadoras que lutaram pela criação da comenda, foi Cristina Lopes quem lembrou de Consuelo Nasser, registrando seus feitos, que hoje ajudam mulheres que passam por situações de violência: “A jornalista Consuelo Nasser é a maior homenageada desta noite. Ela passou por essa vida, mas deixou sua obra que será eterna”.

No ano de 2017, a comenda foi novamente entregue pelas vereadoras Cristina Lopes e Tatiana Lemos, juntamente com as novas vereadoras Sabrina Garcêz (PTB), Priscilla Tejota (PSD) e Léia Klébia (PSC). A condecorada foi a secretária de Saúde do Município de Goiânia, Fátima Mrei. Ela é médica graduada pela Universidade Federal de Goiás, cirurgiã oncologista com mestrado e doutorado pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP).

Fátima Mrei tem 30 anos de atuação no serviço público na Fundação Hospitalar do Distrito Federal – Hospital Regional de Taguatinga e 20 anos no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás. Ela também é professora do curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Goiás há 13 anos.

Em 2019, a sessão solene foi em 14 de março, em cerimônia promovida mais uma vez pelas vereadoras Cristina Lopes, Léia Klébia, Priscilla Tejota, Sabrina Garcêz e Tatiana Lemos. Elas homenagearam 34 mulheres com Diplomas de Honra ao Mérito pelos importantes trabalhos prestados à comunidade na luta à violência contra mulher. Quem recebeu a comenda foi a soldado Ana Gabriela Moreira Rios Albuquerque, da Polícia Militar de Goiás (PM-GO).

Ela foi indicada por Priscilla Tejota e é a única mulher da PM-GO a finalizar o Curso de Operações de Choque, um dos mais difíceis em termos físicos, técnicos e psicológicos dos cursos existentes para ingressar no Batalhão de Choque. A policial militar é apta para agir nos procedimentos de contenção de desentendimentos civis, ações de intervenções em prisões, reintegração de posse e patrulhamento tático, sendo destaque entre os componentes do batalhão.

A partir de 2019, a comenda também começou a homenagear as mulheres da cidade de Anápolis, através da iniciativa entre o Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Ensino (SINPMA) e da vereadora e professora Geli Sanches, em colaboração com a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). As primeiras homenageadas foram 10 professoras da Rede Municipal.

Em 2020 a sessão solene aconteceu no dia 10 de março, e a comenda foi entregue à bispa Neusa César Carmo, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Campinas. A indicação foi proposta pelas vereadoras Léia Klébia (PSC), Dra. Cristina (PL), Sabrina Garcêz (sem partido), Tatiana Lemos (PCdoB) e Priscilla Tejota (PSD). Além da bispa Neusa, presidente da Confederação de Irmãs Benéficas Evangélicas de Goiás (Cibeg), outras 24 pessoas serão homenageadas com diplomas de honra ao mérito.

Por motivos desconhecidos, não houve condecoração da comenda Consuelo Nasser no ano de 2018. Abaixo, tem-se um quadro resumo das mulheres que receberam a titulação:

2014	Ana Elisa Gomes Martins	Delegada da Polícia Civil
2015	Valéria Perillo	1ª Dama
2016	Raquel Teixeira	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
	Maria Cecília Machado do Vale	Presidente CEVAM
2017	Fátima Mrei	Secretaria de Saúde
2019	Ana Gabriela Moreira Rios Albuquerque	Soldada
2020	Neusa César Carmo	Bispa da Assembléia de Deus de Campinas

Imagem 1: Mulheres contempladas com a Comenda Consuelo Nasser

Fonte: Figura elaborada pela autora do presente trabalho

O perfil de mulher que recebe a comenda é diversificado: primeira-dama, professora, presidente do Cevam, médica, delegada, soldada e mulheres da igreja. É questionável o método utilizado para escolher a homenageada: indicação por uma das vereadoras organizadoras do evento. Outra crítica passível de se fazer é o possível alinhamento político das condecoradas com os governos da época de suas premiações. Porém, todas as mulheres são altamente qualificadas e contribuem muito com a sociedade goiana, mesmo não realizando trabalhos diretamente relacionados à mulher.

3 O SILÊNCIO ACERCA DE CONSUELO NASSER

O feminismo é uma luta avançada, pela igualdade de direitos. O machismo, ao contrário, é retrógrado.

Consuelo Nasser

3.1 O silêncio acerca de Consuelo Nasser pela sociedade

Historicamente, as relações sociais entre os homens e mulheres regem a dinâmica da sociedade e caracterizam a ideologia que decidirá suas bases hierárquicas. Assim, de acordo com a hierarquia escolhida, os grupos dominantes definirão as estruturas de poder daquele povo.

Ainda somos regidos no presente por um sistema patriarcal, de dominação do homem sobre todas as coisas. Coisas essas, que as mulheres se encaixam como categoria. Heleieth Saffioti comenta:

Em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um *patriarcado* não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o *patriarcado* está em permanente transformação. Se na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não existe mais, no plano *de jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade [...] (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

De acordo com a autora, o processo de instauração do patriarcado teve início no ano de 3.100 a.C. e sua consolidação apenas aconteceu em 600 a.C. (BERTAUX *apud* SAFFIOTI, 2004). O mesmo conclui Castells (1999, p. 278): “[...] o patriarcalismo [sic] dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passa bem”.

Pouco se sabe sobre o momento específico em que foram decididos os papéis dos homens e mulheres, diferenciando-os, mas o que se sabe é que o processo foi lento e gradual.

A teoria mais aceita entre os pesquisadores sobre a origem do Patriarcado seria com a divisão de classes, que se iniciou pela diferença biológica entre os sexos. Contudo, o foco da diferenciação não diz respeito à força muscular do homem, mas à capacidade de dar à luz da mulher.

Em culturas de caça e coleta da Era Paleolítica, a mulher era vista como um ser mágico, divino. As mulheres eram as únicas que conseguiam gerar um novo ser, alimentando-o e permitindo o prosseguimento da espécie. Por essa razão, eram veneradas e acomodadas em lugar superior, porém sempre desigual (SAFFIOTI, 2004).

O pedestal feminino baseado na maternidade era ceifado pelas limitações do próprio dom. Mulheres grávidas não saíam para caçar, assim como aquelas que já haviam dado a luz. Visando a continuidade de um povo, a mulher foi “domesticada” e começou uma separação mais nítida entre homens e mulheres.

Acredita-se que a presença de mulheres com seus filhos de colo na caça colocaria em risco a própria atividade, uma vez que o mínimo barulho na perseguição afastaria a presa. Às mulheres foram reservados então a coleta e os trabalhos domésticos (limpar as carnes, preparar as refeições, cuidar da prole) que poderiam ser feitos com a criança nos braços.

Fixado o pensamento acima, a compreensão acerca da separação de gêneros começa a moldar lugares dentro do corpo social. O afastamento dos sexos agora também era geográfico, discriminando cada vez mais mulheres de homens - por ocupações diferentes, posições alternadas na família, proximidade dos filhos, quem faz isso e quem faz aquilo - e assim, até àquelas que não experimentaram a gestação, era destinado automaticamente um lugar semelhante ao de suas mães, irmãs e avós.

Em breve análise do momento histórico, temos o desenvolvimento da agricultura - a independência da natureza - e a domesticação de animais, aumentando significativamente a produção de alimentos. Esses avanços ocasionaram o sedentarismo das comunidades, tradicionalmente conhecido como “Revolução Neolítica”, com o aumento na idade média humana e, por conseguinte, o aumento populacional dos povos, que agora precisavam de terras férteis para suprir as suas necessidades (VICENTINO; DORIGO, 2010).

O cenário em questão gerou contato entre os povos, que predominantemente foram conflituosos. Alguns grupos passaram a exercer domínio sobre outros grupos, gerando sociedades mais complexas. A movimentação conflituosa também sucedeu o surgimento de importantes rotas de passagem, favorecendo a aparição de cidadelas. As novas sociedades rapidamente organizaram-se perante a ascensão da troca mercantil, da propriedade privada e do Estado. Todas essas novas figuras de poder foram cruciais para o começo do Patriarcado.

Considerando o Estado organizado de modo hierárquico, com a ascensão do comércio e conseqüente propriedade particular, os guerreiros da comunidade (também em sua maioria homens, pelos motivos expostos preliminarmente), nascidos pelas guerras territoriais, assumiram os locais de poder e protagonismo. Afinal, suas vitórias de combate sempre foram vistas como comprovação de sua capacidade de gerenciamento. Todas essas mudanças reafirmaram a força de domínio dos homens e sua suposta superioridade. Assim, junto ao Estado, se instalou o Sistema Patriarcal.

O filósofo Jean Jacques Rousseau em sua obra “Do Contrato Social”, no Livro I, trata das primeiras sociedades, considerando o Estado um prolongamento natural da estrutura familiar. A hierarquização seria da mesma maneira que dentro de uma casa, diante das relações entre pai, mãe e filhos e servos. Ele também crê no surgimento do Estado como efeito de causas naturais, como aumento da população, expansão territorial, necessidade de segurança e de estrutura que garantisse a subsistência de um povo.

Segundo Carole Pateman (1993), feminista e teórica política, a sociedade civil, resultado do “Contrato Social”, se ancora no Patriarcado. A sujeição da mulher garantiu as condições ideais para o desfrute da liberdade no espaço público pelos homens.

Pateman (1993) argumenta que a dominação dos homens sobre mulheres se institucionalizou com a formulação do pacto original. O contrato original criou tanto a liberdade quanto a sujeição, na forma de “Contrato Social” e “Contrato Sexual”. O primeiro criou o direito político dos homens (sobre as mulheres) e o sexual estabeleceu um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. Assim, o contrato original cria a “lei do direito sexual masculino”, com pontua Adrienne Rich (*apud* PATEMAN, 1993, p. 16-17).

A diferença biológica dos gêneros se tornou uma diferença política. A estrutura pública (Estado) e particular (família) estariam contaminadas pelo direito patriarcal.

Desde o século XVII tentou-se justificar os binarismos da definição de masculino e feminino por uma separação entre natureza e cultura, como opostos que se completam. Era justificado ser do homem a autoridade, a potência e a inteligência, sendo ligado integralmente à cultura; em contraposição com a mulher, que seria conectada ao corpo, à submissão, ligada à natureza.

De acordo com o pensamento de Simone de Beauvoir (2009), não se nasce mulher, mas torna-se mulher, pelo processo que as molda por uma violência oculta. Esse molde

seria recheado de mitos sobre o que é feminino, maternal, passivo. Simone adota a teoria da “Submissão Universal da Mulher” em seu livro “Segundo Sexo”, afirmando que a submissão feminina sempre existiu e precisa ser combatida.

Cientistas do século seguinte, imersos em teses patriarcais, retrataram a anatomia feminina de forma distorcida, com o cérebro subdesenvolvido, pequeno como de uma criança e ancas grandes, reafirmando as posições do gênero. Enquanto os homens com sua anatomia privilegiada deviam guiar suas mulheres, essas estavam reservadas à procriação. A biologia da época seguiu o que era construído no meio social, pelas funções já ocupadas pelos sujeitos (MATOS, 1999).

Assim, as características físicas de homens e mulheres foram a base para determinar a essas sua inadequação ao ambiente intelectual, sendo as posições incessantemente confirmadas pela própria ciência, biologia e demais áreas do pensamento. Isso não quer dizer propriamente que as atividades socialmente atribuídas às mulheres sejam desvalorizadas em relação às dos homens. Contudo, no desenvolvimento e uso da razão no exercício do poder, as mulheres foram amputadas logo ao nascer.

Da mesma forma, o comportamento de ambos os sexos foi diferenciado, socializando mulheres a assumir uma postura dócil e agradável e homens para desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem.

O efeito deriva da hierarquia familiar, precursora do Patriarcado. Durante séculos a mulher ficou reservada ao âmbito doméstico, cuidando dos filhos da casa, desenvolvendo sua sensibilidade. Aos homens, foi incentivado o uso de sua força-potência-dominação, para governar e assumir posições de comando no espaço público.

No famoso ensaio: *Um teto todo seu*, escrito em 1929, a escritora inglesa Virginia Woolf comenta, por exemplo, sobre o cerceamento que contribuiu para excluir as mulheres da intelectualidade:

Porque é um enigma perene a razão pela qual nenhuma mulher jamais escreveu qualquer palavra de uma literatura extraordinária quando todo homem, ao que parece, é capaz de uma canção ou de um soneto. Quais eram as condições em que as mulheres viviam? [...] Ela permeia a poesia de capa a capa; está sempre presente na história. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era a escrava de qualquer garoto cujos pais lhe enfiassem um anel no dedo. Algumas das palavras mais inspiradoras, alguns dos pensamentos mais profundos da literatura vieram de seus lábios; na vida real, ela pouco conseguia ler, mal conseguia soletrar e era propriedade do marido. (WOOLF, 2014, p. 63, 66)

Enclausuradas em suas residências, elas também não detinham o poder nesse ambiente. O possuidor final dos poderes era o homem, em todas as esferas, como conclui Woolf (2014, p. 37): “em primeiro lugar, ganhar dinheiro era impossível para elas, e, sem segundo lugar, se tivesse sido possível, a lei lhes negaria o direito de possuir o dinheiro ganho”.

Nessa situação, as aspirações das mulheres por outros caminhos que não fossem o doméstico foram interrompidas ao longo do tempo, propagando-se a ideia de incapacidade da mulher para lidar com empresas privadas e com a política, por exemplo. Esses discursos tinham como objetivo infantilizar a mulher, apresentando-a como portadora de uma fragilidade, e por isso necessitava de proteção e cuidados do homem, o que fez da fêmea uma posse do macho.

A historiografia privilegiou, até bem pouco tempo, os feitos de apenas um dos agentes sociais: o homem. Isso porque, em quase todas as culturas, a mulher esteve à sombra do homem, o detentor do poder e representante da história.

O condicionamento de papéis masculinos e femininos na família e em todas as esferas da sociedade, a distribuição dos trabalhos domésticos, a política de conduta pessoal e sexual, a restrição do acesso das mulheres à esfera pública da educação, do trabalho e da vida política se constituíram como questionamentos do feminismo (HEYWOOD, 2010, p.39).

A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribui um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas. O confinamento das mulheres no âmbito doméstico fez com que os feitos dos homens tenham mais visibilidade e valorização e as mulheres foram excluídas da intelectualidade. Se um homem tivesse vivido a vida de Consuelo Nasser e realizado os mesmos feitos, talvez sua história não seria tão silenciada.

3.2 As ondas do feminismo no Brasil e sua relação com Consuelo Nasser

O movimento feminista organizado teve origem nos Estados Unidos na década de 60 e logo depois se alastrou pelos países do Ocidente. Sua principal proposição era a libertação da mulher e não apenas a sua emancipação.

Voltando-se para o contexto brasileiro, segundo Saffioti (2001), a posição da mulher na família e na sociedade, desde a colonização, demonstra que a família patriarcal

rural escravista foi uma das matrizes da organização social brasileira. Com o desenrolar das décadas, as fêmeas saíram da tutela do senhor do período colonial, mas ainda precisavam exigir seus direitos de cidadã e aumentar sua participação na vida pública.

Em 1916, foi criado o Código Civil Brasileiro, de cunho paternalista, no qual constava que a mulher casada só poderia trabalhar com a autorização de seu marido. Em 1934, no governo Vargas, uma nova constituição assegurou o voto da mulher, porém o trabalho feminino só foi regulamentado em 1941. (SAFFIOTI, 2001, p. 51)

Foi somente no Império que as mulheres brasileiras conquistaram o direito à educação. Contudo, o direito a participar da vida política continuava sendo um desafio. Como exemplo de inserção do feminismo desde os primórdios, podemos relatar a história de Nísia Floresta, com a abertura da primeira escola para mulheres no Brasil:

O ano era 1838, e no Brasil reinava D. Pedro II, época em que o ditado popular “o melhor livro é a almofada e o bastidor” estava em alta e representava a realidade imposta a muitas mulheres. Fortemente influenciada pelo filósofo Augusto Comte, pai do positivismo, com quem conviveu durante suas viagens à Europa, Nísia Floresta entendia as mulheres como importantes figuras sociais, dotadas de uma identidade fundamental para o crescimento das sociedades. À frente de seu tempo, Nísia Floresta defendeu o direito à educação científica para meninas, fundando a base de gerações de mulheres que hoje estão em escolas e universidades, aprendendo e ensinando. Assim instalada na Rua Direita nº 163 do Rio de Janeiro, sob o nome “Colégio Augusto”, passou a ensinar a gramática, escrita e leitura do português, francês e italiano, ciências naturais e sociais, matemática, música e dança às meninas (MATUOKA, 2017).

Na época da República Velha, as mulheres já tinham se firmado como trabalhadoras públicas, porém ainda buscavam a regularização do seu trabalho e a igualdade em relação aos salários. Quanto ao âmbito político, as discussões continuavam acaloradas, mas sem nenhum resultado.

A luta pelos direitos das mulheres ocorreu em etapas, o que se convencionou chamar de “ondas”. A denominada “primeira onda” teve início no final do século XIX, primórdios do XX, nos Estados Unidos e Reino Unido, quando mulheres reagiram contra a submissão e opressão.

Nessa época, em 08 de março de 1857, mulheres que se posicionaram contra a excessiva jornada de trabalho em uma fábrica têxtil de Nova York foram trancafiadas e morreram queimadas na fábrica. Essa tragédia teria dado início ao Dia Internacional da

Mulher, data registrada na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em Copenhagem, no ano de 1910.

Em 1918, no Reino Unido, tem-se a campanha pelo sufrágio feminino, segundo o qual mulheres maiores de trinta anos teriam direito ao voto, até que, finalmente, em 1928 esse direito foi ampliado para todas as mulheres maiores de vinte e um anos. O direito ao voto se estendeu pelos Estados Unidos e Itália, no caso da Itália não com relação ao direito ao voto feminino, mas aos analfabetos, o que já se constituiu um avanço.

Se a primeira onda teve como foco o direito ao voto, a “segunda onda”, que se inicia nos anos 50 e segue até a década de 90, tem como base os estudos sobre feminismo, mais especificamente sobre as questões de direitos reprodutivos e sexualidade. A mulher busca ocupar seu espaço como ser humano pleno de direitos e de poderes sobre o seu corpo. Angela Davis é um nome marcante nesse contexto por extrapolar as questões de gênero ampliando a discussão para as questões de raça e classe social.

A terceira onda traz questões mais voltadas para combater toda forma de preconceito, ampliando-se o conceito de ser mulher: “Se seu feminismo não é gordopositivo, antirracista, transinclusivo, pró-escolha, anticapacitista e contra o classismo, então por quem ele luta?”

Já há estudos sobre a quarta onda que apontam que este é um momento caracterizado pelas movimentações digitais e que incluem grupos e coletivos organizados para dar visibilidade à feminilidade para além do gênero.

A “Primeira Onda do feminismo” não foi tão expressiva no Brasil, mas entre 1910 e 1940, foi criado o partido Republicano Feminino que dera força às mulheres e que já abordava a exploração do sexo feminino. No Estado Novo, as mulheres conquistaram o direito ao voto e também o direito ao aborto, no caso de estupro.

Mas foi nos anos 70 que ocorreu a eclosão do feminismo brasileiro. Sarti (1998) afirma que, embora uma confluência de fatores tenha contribuído para esse acontecimento, como o impacto do feminismo internacional e mudanças efetivas na situação da mulher no país a partir dos anos 60, que colocavam em questão a tradicional hierarquia de gênero, o feminismo no Brasil surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, depois da derrota da luta armada e no sentido da elaboração política e pessoal desta derrota.

O feminismo no Brasil na década de 1970 tem histórias entrecruzadas e conflitivas, uma vez que os movimentos e grupos feministas que antecedem essa data estavam voltados para a luta contra a ditadura militar, instalada entre 1964 e 1965, que, em meio à repressão, se tornaram uma possibilidade ou ameaça.

O que se percebe da fala de Consuelo Nasser é que o movimento feminista só surgiu em Goiânia depois do Regime Militar, com a criação do Cevam em forma de uma organização assistencialista para as mulheres vítimas da violência doméstica. Ou seja, ela foi uma das pioneiras do feminismo no Estado de Goiás:

O recomeço do feminismo no país foi reforçado por uma definição da ONU (Organização das Nações Unidas), que instituiu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e como o ano de início da Década da Mulher. Isso fez com que, no mesmo ano, surgissem vários espaços e grupos do movimento feministas, que somente após a ditadura poderiam ter liberdade para discorrer sobre questões relativas à mulher, dando ênfase à “Segunda Onda” do feminismo no Brasil.

Enquanto o feminismo de “Primeira Onda” esteve principalmente centrado na reivindicação de direitos políticos — como o de votar e ser eleita, o feminismo chamado de “Segunda Onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Nesse momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”. (PEDRO, 2005, p.79)

Sarti (1998) salienta que esse cenário foi propício para o início do movimento feminista no Brasil, ainda fortemente marcado pela luta política contra o regime militar. Essa atuação conjunta marcou o movimento de mulheres no Brasil e deu-lhe coloração própria. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos “grupos de reflexão”, sem ressonância pública.

Assim, movimentos liberais foram ganhando mais força. Porém, havia também jornais e manuscritos publicados no Rio de Janeiro e São Paulo que se opunham às ações militantes.

Lutar no Brasil pela ‘liberação das mulheres’, no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as ideias, as propostas. Certamente foi esse cenário o principal responsável pela data ‘fundadora’ de 1975. (PEDRO, 2005, p.87)

Conforme Garcia (1997), a presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, ‘comportando-se como homens’, pegando em armas e tendo êxito nesse comportamento.

A unidade do movimento de mulheres no Brasil, sem a explicitação da marcante diversidade que o caracterizou, permaneceu até início dos anos 1980, quando a luta da oposição ainda era um elemento aglutinador. As perspectivas, demandas e motivações das mulheres engajadas no movimento eram distintas, sem que essa distinção tivesse sido nomeada. O feminismo, como ideologia, ficou restrito a apenas um setor do movimento de mulheres. Alegando a prioridade de combater o autoritarismo e as desigualdades existentes na sociedade brasileira, algumas tendências relegavam a um plano secundário a problemática feminista. (COSTA, 1988, p.40)

Sarti (2001) considera que as questões propriamente feministas, as que se referiam às relações de gênero, ganham espaço quando se consolida o processo de “abertura” política no país em fins dos anos 70. Grande parte dos grupos declarou-se abertamente feminista e abriu-se espaço tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre gênero. Os conflitos e desacordos com a Igreja Católica, tanto quanto com alguns setores da esquerda, conservadores no que se refere à moral sexual, foram se expressando mais abertamente.

Nos anos 1980 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política organizada e socialmente consolidada, os grupos cresceram em todo país e tinham associações profissionais, partidárias e sindicalistas onde a mulher já se expressava como sujeito social particular. O discurso feminista nesse período se atentava às relações de gênero, nas quais a opressão social e histórica da mulher não era mais abstrata.

“Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação”. (BUTLER, 2003, p.19)

Para HEILBORN (1992):

A identidade de gênero, assim, introduz socialmente a diferença entre os sexos, princípio classificatório de todas as sociedades humanas, “em uma instância que lhe é logicamente anterior: a pessoa, tal como concebida em um esquema

simbólico particular”. Considerar o lugar da mulher implica, assim, o exame prévio da concepção de pessoa, do “eu”, do grupo social em pauta, com base na qual se configura o sentido da diferenciação entre homem e mulher.

Outro traço que marca a trajetória particular do feminismo no Brasil, dito por Sarti (2004), como o momento de “Segunda Onda”, diz respeito ao próprio caráter dos movimentos sociais no Brasil em sua relação com o Estado. Os movimentos sociais urbanos organizaram-se em bases locais, enraizando-se na experiência cotidiana dos moradores das periferias pobres, dirigindo suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social.

Desse modo, numerosos grupos e coletivos em todo país começaram a tratar de uma gama muito ampla de temas, como violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo e orientações sexuais.

A insatisfação com o feminismo dos anos 70 e a ansiedade pelas transformações dos anos 80 é muito bem resumida nesse trecho do artigo de Verônica Guedes, “Lutar, mas também amar e ser feliz”, no número 03 do *Mulherio*, de setembro-outubro de 1981:

Como será um mundo construído por pessoas que acham que a militância substitui a própria vida? Por pessoas que esqueceram a sua sexualidade em alguma página solta do Capital? Por pessoas cuja amargura e sisudez se sobrepõem à tarefa de construir um mundo mais sadio e feliz? Por isso, em nome de todos os torturados, de todos os humilhados, de todos os mortos e desaparecidos, em nome de todos os suicidas e, principalmente, em nome de todos os que estão vivos, devemos transformar o amor em um exercício diário de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, pensam em revolucionar o mundo! Para isso nosso movimento tem importância fundamental, porque questiona as relações afetivas e políticas a partir dos indivíduos. Por isso também representa um perigo estorpecedor a quem não consegue se libertar do martírio que representa sua opção política. Não pensamos em trocar fuzis por flores, nem abrimos mão de lutar por uma sociedade justa e mais humana. Queremos participar da construção dessa nova sociedade, mas queremos também amar, sermos felizes e alegres com a mesma intensidade com que sofremos pela nossa trágica realidade social e, para isso, precisamos de uma identidade, de nossa identidade de mulher-sexo feminino e não de uma triste militância assexuada. (GUEDES, 1981, p. 58)

Sônia Alvarez (1998), em seu trabalho "Politizando o Gênero", faz uma interessante análise sobre o desenvolvimento do feminismo no Brasil e a maneira pela qual o Estado, muitas vezes, direciona as estratégias desse movimento. De acordo com a autora, toda política voltada para as relações de gênero é realizada segundo interesses particulares do governo, que manipula essas questões para fins eleitorais e entre outros.

Para fazer essa afirmação, fundamenta-se no fato de as mulheres não fazerem parte do sistema de dominação política e, também com base nisso, critica a

institucionalização de propostas feministas através dos Conselhos, pois eles são direcionados pelo Estado, que cede espaço às mulheres, mas impede que elas avancem politicamente, uma das principais causas feministas defendidas por Consuelo Nasser.

No terceiro cenário ou “Terceira Onda”, Costa (1998), defende que o gênero como categoria de análise permitiu uma certa despolitização dos estudos feministas na academia latino-americana. Visto que os termos “feminismo” e “teorias feministas” estavam associados a posturas radicais e pouco sérias em termos científicos, muitas estudiosas da área adotaram a rubrica “estudos de gênero”, mantendo assim o “rigor” e a “excelência” científicas (segundo definições positivistas) e conquistando um espaço seguro dentro do cânon acadêmico, ao invés de desafiá-lo (objetivo que marcou o fazer das teorias feministas norte-americanas desde sua inserção acadêmica).

Falar de gênero em vez de mulher (concebida como essência ontológica) também dava mais *status* e revelava maior sofisticação por parte da pesquisadora, a qual então saía definitivamente do gueto dos estudos da mulher. Dessa forma, podia-se estudar a opressão da mulher e as relações desiguais de poder entre mulheres e homens sem necessariamente assumir um projeto político feminista. Não havia no terreno supostamente neutro do gênero a necessidade de “politizar a teoria e teorizar a política”. Segundo a lúcida análise de Costa e Sardenberg, a mudança de rótulo nem sempre trouxe revisão de conteúdo. Simplesmente houve a substituição de um termo (mulher) para outro (gênero) (COSTA, 1998, p.131).

Durante a “Terceira Onda” o movimento passa a privilegiar e valorizar as diferenças entre homem e mulher como forma de atenuar a cultura feminina e reafirmá-la dentro do universo masculino, especificando o gênero feminino. A identidade feminina é o centro do movimento, voltando a atenção para o campo da sexualidade e saúde da mulher.

Essa mobilização em torno da saúde e da sexualidade verifica-se no movimento feminista como um todo através da realização de encontros, reuniões e até mesmo congressos internacionais. Temas como a maternidade, a contracepção, o aborto, o planejamento familiar e o direito ao corpo e ao prazer passam a ser amplamente discutidos, adquirindo até mesmo o valor de questões políticas, uma vez que se lançam ao Estado cobrando-lhe maior atenção e assistência. (MANINI, 1995/1996, p. 60)

Cisne e Gurgel (2008) afirmam que o feminismo nos países da América Latina, na década de 1980, significou um período de grandes contradições, pois, com o processo de “redemocratização” desses países, os governos nacionais latino-americanos iniciaram uma ampliação dos espaços de participação política e promoveram uma ressignificação

do conceito de sociedade civil, quanto à incorporação das relações sociais de gênero como base ou como “tema transversal” em suas ações ou políticas públicas.

A criação de um conjunto de organismos de controle social e de elaboração de políticas, que passou a ser mais um espaço de participação política dos movimentos sociais e das ONGs. Estas, inclusive, contavam com um grupo de “profissionais ativistas” em seu perfil técnico e de organização institucional (ALVAREZ, 1998, p. 78).

Esse ativismo, segundo Cisne e Gurgel (2008), possui um vínculo com os setores populares, com conhecimento das demandas e dificuldades organizativas. Tal fenômeno, além de alterar o perfil das organizações/movimentos anteriores, causou mudanças profundas nas relações sociais internas do movimento feminista e na sua representatividade perante o Estado. Assim,

ONGs feministas têm exercido um papel central na formação e sustentação de [...] variadas formas de articulação formal e informal [...] têm sido cruciais para manter [...] as conexões centrais que entrelaçam as feministas e suas/seus aliadas (os) que hoje ocupam uma ampla variedade de lugares sociais. (ALVAREZ, 1998, p.226).

Para Cisne e Gurgel (2008), a criação de Conselhos de Direitos das Mulheres, das primeiras delegacias especializadas de atendimento à mulher, a proposta inicial do Programa Integral da Saúde da Mulher, entre outras, demandaram, em muitos casos, a presença de ativistas do movimento na institucionalidade governamental, fato que torna evidente a complexidade do contexto com que o feminismo se deparou. Esse processo, contudo, evidenciou dois pontos de tensionamento para o feminismo: a questão da autonomia e a questão do gênero.

GÊNERO: conceito formulado a partir das discussões trazidas do movimento feminista para expressar contraposição ao sexo biológico e aos termos “sexo” e “diferença sexual”, distinguindo a dimensão biológica da dimensão sexual e, acentuando através da linguagem, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995). Não com a intenção de negar totalmente a biologia dos corpos, mas para enfatizar a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Dessa forma, gênero seria a construção social do sexo anatômico demarcando que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia dos seus corpos (PARANÁ, 2010, p. 8)

Hemmings (2005), indica que no final dos anos 90 surgiram marcas de uma inovação que ultrapassou as particularizações do passado, as margens entre décadas foram intencionalmente mantidas e reiteradas, ainda que tal organização linear não tenha sido muito fidedigna à forma como os desenvolvimentos teóricos se desdobraram.

Assim, [...] um feminismo essencialista universalizado é direta ou indiretamente associado aos anos 70, e críticas raciais e sexuais são contidas nos anos 80 para que o pós-estruturalismo possa, finalmente, superar o essencialismo e incorporar as identidades associadas à diferença sexual, sexualidade e raça. (HEMMINGS, 2005, p.229)

Sarti (2001) reafirma que, no âmbito do movimento, buscou-se resolver a contradição entre a ênfase na luta política e a subjetividade traduzindo as relações pessoais nos termos da linguagem militante, pela inclusão do mundo privado na arena política, com a conhecida fórmula de “o pessoal é político”. Dizer que o pessoal é político foi fundamental para criar a possibilidade de construção de uma “nova intimidade”, como formulou Giddens (1993), processo eminentemente histórico e social.

As questões introduzidas pela terceira geração do feminismo revisaram algumas categorias de análise que, apesar de instáveis, são consideradas fundamentais. Essas categorias estão articuladas entre si, e são: o conceito de gênero; a política identitária das mulheres; o conceito de patriarcado e as formas da produção do conhecimento científico. (Harding, 1993; Louro, 1995; Scott, 1986)

Na terceira geração, as feministas refutaram tais proposições, desnaturalizando e desconstruindo a perspectiva de gênero das gerações anteriores. O gênero passou a ser uma categoria relacional e política (SCOTT, 1986, p. 650).

Nessa vertente, Nogueira (2001) explica que essa definição resgata a noção de processo e de construção singular de cada sujeito, dentro de um campo situado de possibilidades que é reafirmado ou renegociado através de sucessivas “performances”, ou seja, atos, práticas concretas (e não essências naturalizadas) através dos quais os sujeitos se constituem. Gênero é, portanto, uma construção social, uma invenção.

Novas concepções sobre gênero deram margem ao abandono das teorias essencialistas do sujeito, que definem, entre outras, a categoria “mulheres”. Não mais havendo sexo natural nem uma única forma de ser mulher (ou de ser homem), as políticas de identidade do feminismo original, presentes nas gerações anteriores, foram questionadas. (BUTLER, 2003, p.650)

Desconstruir o sujeito do feminismo, segundo Costa (2002, p.71), “significa apenas que ‘mulher’ é uma categoria histórica e heterogeneamente construída dentro de uma ampla gama de práticas e discursos, e sobre os quais o movimento de mulheres se fundamenta”.

Butler (2003) elucida que coexistem correntes feministas que problematizam as políticas identitárias e, com isso, a categoria “mulheres”, com teorias que entendem ser possível e necessária a manutenção da unidade da categoria, uma vez concebida tal unidade como resultado de uma fixação parcial de identidades mediante a criação de

pontos comuns, ou seja, das lutas políticas que devem ser travadas pelas “mulheres”, os “sujeitos do feminismo” (Costa, 2002; Mariano, 2005; Negrão, 2002).

A ambiguidade em ser mulher se mantém até hoje, em face da opressão vivida, que ainda é objeto de pesquisa, pois as relações que tangem sua realidade, tais como casamento, sexualidade e maternidade, são expressões culturais fortes e singulares.

O feminismo foi se expandindo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Conviveu com a diversidade, sem negar sua particularidade. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 70, a convicção de que os problemas específicos da mulher (não se falava em gênero na época) não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio (SARTI, 2001, p. 39).

De acordo com Vera Soares (1998), o feminismo surgiu como uma ação política das mulheres e engloba teoria, prática, ética e torna as mulheres sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo, reivindicando a construção de um novo sistema, pautado pela liberdade e pela igualdade social.

O movimento feminista contemporâneo é um reflexo das transformações do feminismo original - predominantemente intelectual branco e de classe média - configura-se como um discurso múltiplo e de variadas tendências, embora com bases comuns. As feministas destacam que a opressão de gênero, de etnia e de classe social perpassa as mais variadas sociedades ao longo dos tempos. Esta forma de opressão sustenta práticas discriminatórias, tais como o racismo, o classismo, a exclusão de grupos de homossexuais e de outros grupos minoritários (NEGRÃO, 2002; PRÁ, 1997; TOLEDO, 2003)

Alves (2013) cita que, no atual momento, questões como sexualidade, corpo da mulher e a saúde, antes ditas apenas de esfera privada, são publicizadas pelo movimento feminista, surgindo uma linguagem inovadora e feminina. Esse movimento realizou enormes conquistas, principalmente, relacionadas à abertura do mercado de trabalho para a mulher. Porém, é comum perceber a dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres que têm filhos e companheiros, pois além de trabalhar fora, têm que realizar os afazeres domésticos, comprometendo sua saúde e qualidade de vida.

Em se tratando de Consuelo Nasser, que se dizia feminista, pode-se verificar contribuições veementes à sua época. “Agitadora”, defendia que as mulheres deveriam conhecer e defender seus direitos nos aspectos políticos e sociais. A jornalista acreditava

que a luta pela libertação social da mulher tem que obedecer a etapas, desde direito ao trabalho até salários iguais. Porém, antes do trabalho é necessário que a mulher tenha conhecimento sobre seus direitos, principalmente o direito à política.

Quando se faz um resgate de sua memória, há diversas publicações já aqui mencionadas, de cunho político. Pois percebe-se que a escritora não era a favor das opressões da época, o que a tornava bem polêmica para a sociedade. Ela se comprometeu autenticamente com a liberdade e ações de conscientização das demais mulheres.

Sua luta feminista é tida com certa “suavidade” aos olhos de hoje, pois há uma nudez sobre referenciá-la em artigos acadêmicos e há poucas reportagens que não sejam do Diário do Amanhã, que tratam de sua bibliografia e feitos. Com suas inúmeras contribuições políticas ligadas à mulher, não se entende porque na atualidade, pouco se explora academicamente seus estudos e ações.

Compreende-se então, que de alguma forma, envolvida com a morte do filho, sucumbiu à opressão do patriarcado capitalista, composta em sua maioria por homens, com grandes figuras de poder, ligados, principalmente à política e à religião, o que a fez sucumbir às pressões precedendo, assim, seu suicídio e seu proposital esquecimento pela sociedade.

O conceito de capitalismo e patriarcado são intimamente relacionados, são sujeitos, baseiam-se em relações de dominação e expropriação nos quais os homens, como categoria social, têm prerrogativas e vantagens sobre as mulheres, das quais se sentem “donos”. Conforme Saffioti (1988), patriarcado e capitalismo são duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida.

Saffioti (2001) ainda ressalta que cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, mas dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social, nos quais a política sexual implica o fato de que os homens estabelecem as regras de poder e controle social.

Algumas estudiosas (Lerner, 1989; Millet, 1970; Saffioti, 1988) atribuem ao capitalismo e ao patriarcado a gênese da violência contra a mulher e a rígida divisão sexual e social do trabalho. Essa organização do trabalho não favorece e valoriza o legado das mulheres, como aconteceu com Nasser.

Sarti (1998) aponta que urge, portanto, que o próprio aprofundamento da reflexão sobre o feminismo e as práticas cotidianas de homens e mulheres vieram, no entanto, demonstrar a impossibilidade da tradução desta singularidade - como experiências

feminina e masculina - no plano político. Naquele momento de autoritarismo extremo, onde Consuelo atuava, pelas exigências da luta política, o feminismo tomou forma, não se deixando iludir pelo fato de que suas formulações não se reduzem à questão do poder, mas dizem respeito à elaboração da singularidade do lugar masculino e feminino, uma experiência subjetiva.

Alves (2013) confirma, assim, que a principal luta do movimento feminista é combater a opressão a que estão sujeitas as mulheres, as quais almejam alcançar autonomia e protagonismo na sociedade, defendendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres. É importante que as ideias e causas desse movimento sejam conhecidas por todos os cidadãos e sejam levadas à frente nas lutas sociais, a fim de que haja alguma mudança sobre o conceito de mulher na sociedade e sobre o seu papel dentro desta.

A ambiguidade da mulher, em face da opressão de que é objeto, começou a emergir mais claramente em torno da questão da violência contra a mulher, como mostraram os estudos de Heloisa Pontes (1986) e de Maria Filomena Gregori (1993). No atendimento aos casos de violência, foram se tornando visíveis os elementos que permitiam ver a violência como um mecanismo relacional, apontando para a necessidade de se trabalhar tanto a vítima quanto o agressor.

O feminismo tem ainda, que lidar com o fato de ser uma ideologia que tem marcas sociais precisas, sensibilizando mulheres profissionais, com educação universitária, pertencendo a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita, associadas ao exílio político ou à formação educacional e profissional. Pressupõe, assim, recursos de ordem material e simbólica não acessíveis a todas as mulheres, sobretudo na sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais (SARTI, 2004.).

A personagem principal dessa dissertação acreditava que a luta pela emancipação da mulher em Goiás tem que ser um processo, pois primeiro se deve lutar por creches, direitos trabalhistas e políticos e depois por causas como a propriedade sobre seus corpos e aborto legalizado. Segundo a criadora do CEVAM, os homens não se sentiam ameaçados pelos movimentos feministas da época, pois a luta pela igualdade só exigia o que já estava previsto na Constituição, mas que mesmo assim havia preconceitos.

As principais causas feministas defendidas por Consuelo Nasser são o combate à violência contra a mulher e promoção da participação da mulher na política. Oficialmente, a presença do homem no espaço público foi muito anterior à presença da mulher, o que fez da figura masculina o detentor do poder.

Nos estudos que analisam os fatores que dificultam a ocupação das mulheres em cargos públicos, Sacchet (2009) enfoca elementos relacionados à cultura política e ao capital social, buscando verificar se existe relação entre os índices de participação cívica de homens e mulheres e sua presença em fóruns de representação. Ao analisar os resultados de seu estudo, a autora afirma que os homens têm um índice de participação social do tipo público bem mais significativo do que as mulheres.

Assim, Sacchet (2009), conclui que homens e mulheres tendem a participar de associações de caráter diversos. Os primeiros se dedicam às associações ligadas à esfera pública e à política, trabalho e lazer. As mulheres, por sua vez, se dedicam mais a associações vinculadas à família e à comunidade.

Desse modo, a autora afirma que os grupos em que as mulheres participam favorecem a construção de redes que fortalecem laços pessoais e são importantes para a vida comunitária. Em contrapartida, os homens se associam a redes mais heterogêneas e capazes de criar incentivos políticos, tornando-os mais habilitados à geração de recursos eleitorais, capital financeiro e conhecimento político.

Seguindo esse pensamento, Nasser acreditava que a mulher não tem espaço político porque toda a estrutura social e histórica não é propícia para que isso aconteça e não será nunca até que a própria mulher mude isso, mesmo que na contramão da sociedade. Para agravar a situação, os partidos não cumprem a Lei de Cota, que garante que 30% dos candidatos sejam do sexo feminino.

Consuelo lembra, também, que o perfil de mulher que o mundo político aceita são mulheres descendentes de famílias com trajetória política, como a deputada “Dona Iris” (Iris de Araújo), esposa de Iris Rezende, ex-governador do Estado e quatro vezes prefeito de Goiânia.

A protagonista (1996) comenta que:

As mulheres que entram, os partidos rejeitam... pois os partidos sabidamente não colocam mulheres importantes que possam ganhar eleições. Eles colocam um nome de uma tia, de uma fazendeira que nunca veio para a cidade. Então eles fraudam a decisão legal de colocar 30% de nomes das mulheres. Criou-se no Brasil uma categoria política de mulheres que é recente depois de 82 que são as mulheres: maridas e filhos de políticos.

Contrapondo-se a essa elaboração e na perspectiva de uma totalidade, Saffioti (2004) propõe para a análise das relações sociais uma unidade dialética entre classe “feminina”, gênero, raça/etnia, ou ainda, entre patriarcado, racismo e capitalismo. É o que a autora denomina de “nó”:

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta mobilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída. (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

Esse nó se dá na temática da autonomia e da necessidade da construção de campos amplos de resistência política, pois a fragilização, a desarticulação e o esvaziamento da dimensão de radicalidade das lutas sociais são ferramentas ideológicas e políticas imprescindíveis para a hegemonia do capital, porém perdem-se em meio às reivindicações atenuadas por confrontos que não dialogam com conceitos anteriormente propostos por Consuelo.

3.3 O silêncio acerca de Consuelo Nasser pelas feministas

É impossível desconsiderar a relevância das recentes mídias tecnológicas na criação de identidades coletivas entre as pessoas (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016, p. 992). As inovadoras e atuais tecnologias de comunicação não são somente um canal de divulgação e informação dos movimentos, como configuram um ingrediente importante para entender a criação e formação dessas entidades. Seria essa a quarta onda?

A popularização da internet proporciona uma grande propagação de ideologias, pois é possível utilizar ferramentas de fácil acesso para gerar vários tipos de materiais de mídia e distribuí-las nas redes sociais. Dessa maneira, princípios feministas antes limitados a poucos grupos tomam amplas dimensões.

É muito comum, por exemplo, a divulgação nas redes digitais de campanhas globais que protegem as mulheres. Essas campanhas são desenvolvidas por pequenas equipes e compartilhadas por mulheres ou pessoas que se identificam com a causa, proporcionando a criação de identidades, como por exemplo, as identidades feministas.

Assim, a internet promove a massificação do que é o feminismo e alguns autores chamam esse movimento de “quarta onda do feminismo”. Cazarré (2015, s/p.), fala: “As bandeiras são diversas, [...], e temas das outras ondas são revisitados – aliás, sua principal característica não é a temática abordada, mas a massificação do feminismo.”

Felgueiras (2017, p. 119) intitula a possível quarta onda de “ciberfeminismo”, pois é constituída por pessoas mais novas que já nasceram e militam na era digital e por isso, elas sabem da potencialidade desse recurso de informação e como utilizá-lo da maneira mais eficiente.

Assim, as redes sociais criaram um conjunto de mulheres ciberativistas. Entende-se que a sociedade em rede é uma nova forma social. Barreto Junior define:

é o surgimento de complexas redes profissionais e tecnológicas voltadas à produção e ao uso da informação, que alcançam ainda sua distribuição através do mercado, bem como as formas de utilização desse bem para gerar conhecimento e riqueza. (BARRETO JUNIOR, 2007, p. 61)

Os movimentos virtuais abraçam muitas causas e normalmente são efeitos da descrença nos políticos ou em comportamentos padrões da sociedade. Essas mobilizações não possuem liderança, ou se existe, esta é desconhecida (CASTELLS, 2013, p.132). Como são fenômenos novos, ainda não se sabe como surgem, se são desenvolvidos por indivíduos ou equipes profissionais, se são apenas uma reação da sociedade, se foram criados de forma acidental ou se são planejados. O fato é que eles acontecem, sendo organizados ou não e mobilizam as pessoas.

Por exemplo, o blog QG Feminista publicou um texto intitulado “Quais são as principais vertentes do feminismo?” (QG Feminista, 05/03/18). Nele são expostas as seguintes vertentes: Liberal, Radical, Interseccional, Negro, Marxista, Lésbico, Anarquista e Transfeminismo, estabelecendo a multiplicação de lutas que não faziam parte do feminismo de Consuelo Nasser. Segundo Toledo (2017, p.06): “Vivemos um momento de multiplicação dos campos feministas no qual a internet não atua apenas como ferramenta de organização: ela é uma extensão desses campos”.

A rede digital também refaz a maneira como o feminismo age: “Os movimentos sociais também foram transformados e desafiados pelas novas tecnologias tendo que repensar suas estratégias de militância, além de problematizar os seus novos papéis dentro de um território ainda inexplorado e digital.” (AZEVEDO, 2017, p. 25).

A web ainda proporciona que os movimentos feministas tenham comunicação com pautas internacionais. Assim, pensamentos que estão sendo desenvolvidos em outros países chegam ao Brasil.

Porém, mesmo transformando o feminismo, a internet também o limita, pois muitos brasileiros não têm acesso à rede. Foi constatado que nos últimos três meses de 2018, 25,3% da população brasileira não possuía acesso à internet (IBGE, 2019).

Além disso, o uso da internet não é igual entre as regiões, idades e classes sociais. As regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul apontam as maiores porcentagens de acesso à web (IBGE, 2019).

Em relação à idade, os jovens mostraram as taxas superiores de consumo da internet. Quanto maior o rendimento mensal domiciliar per capita, maior o percentual de lares que possuem conexão à rede (IBGE, 2019).

Essas informações são significativas para definir o alcance do feminismo em determinados grupos sociais. Notório é que a internet é uma ferramenta que fomenta o feminismo, mas que não possui caráter autônomo para efetivar todas as demandas.

É necessário que o feminismo saia da internet para a vida prática, para os estudos acadêmicos e que seja estudada não somente a história internacional e nacional do feminismo, mas também e principalmente sua história regional e local, ressaltando suas personagens. O feminismo virtual é importante e faz parte do cenário atual, porém ele atua predominantemente em campanhas e discussões sobre comportamentos, não alcançando a totalidade do movimento, como foi discutido no item 3.2 deste estudo.

Como forma de coleta de informações e percepções sobre a jornalista inquieta, no dia 20 de maio de 2020, na rede social “Instagram” da pesquisadora deste estudo, foi realizada a seguinte enquete: “Mulheres feministas, vocês conhecem ou já ouviram falar da Consuelo Nasser?”



Imagem 2: Enquete utilizando a ferramenta Instagram

Fonte: Arquivo elaborado pela autora do presente trabalho

O resultado foi que 61% das mulheres que se julgam feministas desconhecem totalmente a figura de Consuelo. Percebe-se que o feminismo da quarta onda está focado no ciberativismo, ou seja, ativismo em redes sociais, conscientizando a população através de campanhas de fácil entendimento, porém superficiais.

Além disso, a quarta onda do feminismo promoveu a fragmentação do movimento em várias vertentes que possuem posições diferentes sobre as mesmas pautas, muitas vezes opostas entre si e que não eram abordadas na época da personagem principal dessa dissertação. Assim, frequentemente não existe identificação entre as próprias feministas e muito menos com figuras como a de Consuelo.

Desse modo, Consuelo Nasser e outras mulheres importantes para o feminismo vão sendo esquecidas não apenas pela academia e pela sociedade, mas também pelas próprias feministas.

CONCLUSÃO

Consuelo Nasser realmente foi uma pioneira do feminismo no Estado de Goiás, pois ela rompeu com o patriarcalismo apoderando-se de lugares que antes eram ocupados apenas por homens. E ela não é somente uma pioneira do feminismo, como também do jornalismo, por ter a coragem de se posicionar como oposição às figuras de poder, mesmo quando isso lhe poderia custar a própria vida.

No entanto, seu maior feito acontece em 1981: a criação do Cevam. O propósito da entidade era mobilizar uma frente ampla contra a violência, discriminação, atraso sociocultural e combate aos preconceitos.

Ao criar esse órgão, ela foi a primeira pessoa do estado de Goiás a questionar publicamente a violência doméstica e sexual e tentar mobilizar a sociedade goiana, desde preconceitos à violência extrema. Se hoje o povo goiano é mais esclarecido em relação à violência contra a mulher, com certeza Nasser contribuiu com isso.

O Cevam passou por várias transformações, alcançou muitas conquistas, tem diversos projetos e mesmo que não tenha todos os recursos necessários, está em pleno funcionamento até o ano de 2020. É o principal local de apoio e acolhimento de mulheres, adolescentes e crianças que foram violentadas ou abandonadas. A jornalista inquieta, mesmo após sua morte, continua ajudando as vítimas do Estado de Goiás.

É revoltante quando se observa uma figura como a de Consuelo Nasser, que tanto contribuiu para a sociedade goiana, mesmo sendo mulher e enfrentando todas as adversidades que essa condição traz, não ser reconhecida e lembrada. Nessa dissertação, através de uma leitura feminista, a história dessa personagem e o seu legado pós-morte foi analisado e verificou-se que a sua memória é silenciada principalmente porque ela é mulher.

A forma como a sociedade capitalista e patriarcal se organizou, desde as primeiras civilizações, determinou o espaço que cada indivíduo iria ocupar através do seu sexo biológico. A fêmea foi historicamente confinada ao âmbito doméstico, enquanto que o homem ocupou as posições de poder, tanto na esfera pública, como nos negócios privados e dentro da própria estrutura familiar. Essa organização se estende até os dias atuais e Consuelo acreditava que cabe às mulheres quebrar essa lógica, mesmo que na contra mão da sociedade.

E a jornalista foi um grande exemplo de como pode-se começar esse processo: estudando, militando, escrevendo, enfrentando, discordando, criando. Mas as estruturas de poder patriarcais são muito fortes e antigas e apenas uma mulher não é suficiente para quebrá-las ou enfraquecê-las, é necessária uma força conjunta e sororidade entre todas para que essa luta comece a mudar a realidade.

Nessa dissertação também foi analisado todo o movimento feminista no mundo e no Brasil e como foi abordado no capítulo 3, o feminismo atual encontra-se focado no ciberativismo, que, como outros movimentos da contemporaneidade, surgem e se propagam de forma frenética, algumas vezes de forma superficial, fazendo com que a história de muitas vozes, como a de Nasser, fique submersa.

Além disso, o próprio movimento se divide em várias vertentes, que invés de acolher todas as multiplicidades do ser mulher, brigam entre si e enfraquecem o feminismo. É necessário continuar a produção de conhecimento sobre a temática, no sentido de promover uma maior união e embasar melhor o delineamento de uma quarta onda do feminismo. É importante atentar também para pessoas e questões que podem estar sendo negligenciadas pela literatura, como a protagonista desse trabalho.

Essa pesquisa procurou trazer ao leitor aspectos da atuação de Consuelo Nasser, procurando compreender o desenvolvimento e acontecimentos históricos que influenciam no cotidiano de seres sociais individuais e coletivos. Ela foi uma mulher que percorreu os altos círculos de poder do Estado de Goiás, mas sempre se mostrou preocupada com a situação das mulheres em geral, a mulher comum, a mulher do povo. Ela foi uma grande intelectual, desde a graduação lia autores como Fiódor Dostoiévski, Vladimir Mayakovsky e Simone de Beauvoir, que claramente influenciaram sua vida pessoal, política e feminista.

Quando se fala em Consuelo Nasser, as opiniões se dividem. Mas claro, sua vida nunca foi calma e sempre foi acompanhada de contradições. Nascida no interior de Goiás, criada pelo tio Alfredo Nasser em Goiânia e ainda jovem morou sozinha no Rio de Janeiro para cursar sua graduação.

Sua vida carregava comportamentos da mulher interiorana, mas ao mesmo tempo era repleto de ideias revolucionárias. Na Faculdade Nacional de Direito ela iniciou sua vida militante e questionadora participando ativamente da UNE e descobriu seu talento na escrita, trabalhando na União Brasileira de Escritores.

Sua relação com o tio Alfredo Nasser também era contraditória, ela o amava e respeitava, mas discordava de algumas de suas ideias políticas. Mas graças a ele, a jornalista participou ativamente de várias reuniões políticas durante os protestos estudantis que aconteceram em Goiânia nas décadas de 1954 a 1960, e num desses encontros conheceu seu futuro marido e sócio no Semanário O Cinco de Março.

O casamento foi duradouro e gerou muitos filhos, mas seu relacionamento também era uma antítese. Consuelo admirava muito Batista Custódio, mas em várias falas alegou que só se casaram por conveniência social.

Assim que a protagonista se formou em terceiro lugar, ela retorna a Goiânia e começa um dos seus grandes feitos: ser redatora-chefe do Cinco de Março. Ela diz que no jornal descobriu sua verdadeira vocação, escrever e atacar.

E assim ela o fez, diferentemente do costume da imprensa goiana, a feminista enfrentou todos os governos durante sua vida, sempre foi oposição, a tudo e a todos. Ela nunca teve medo de se posicionar e defender o que acreditava ser o certo.

Desse modo, podemos afirmar que a jornalista foi uma das maiores questionadoras do Estado de Goiás, mesmo em época de ditadura. E ela colheu os frutos: já foi grávida para linha de frente de protesto, já quase foi presa várias vezes, já teve que se refugiar, já lutou para tirar seu marido da cadeia, já teve que administrar família e jornal sozinha, já teve seu jornal destruído pela polícia e empresas de comunicação que ela comandava fechados pelo governo. Foi através de seu posicionamento político e seu trabalho na edição que o Semanário O Cinco de Março alcançou o auge de polêmica e de consumo: em 1965 o jornal atingiu o índice de venda de 60 mil exemplares por edição.

Na década de 70, Nasser assumiu também a administração do O Cinco de Março e se mobilizou para sanar as dívidas e ainda conseguiu uma poupança, que serviu para abrir o Diário da Manhã. Ou seja, além de uma grande redatora-chefe, a personagem principal se mostrou uma excelente administradora e contadora, ganhando o Título de Empresária do Ano, por duas vezes: em 1977 e depois em 1979.

Infelizmente podemos perceber que seu trabalho e contribuição para o Semanário e o Jornal Diário da Manhã não são valorizados e lembrados. O Cinco de Março não teria sua expressão e importância na imprensa goiana se não fosse por essa protagonista. Da

mesma maneira, se não fosse pelo dinheiro levantado por ela, o Diário da Manhã não existiria.

Quando se faz uma busca rápida pela história dos dois jornais, o nome de Consuelo Nasser quase não é citado, enquanto que o nome de seu marido aparece incontáveis vezes. O que se pode perceber é que o trabalho de um homem é valorizado e os feitos de uma mulher são menosprezados.

Diante de todas as discussões aqui abordadas, constata-se que através de memórias individuais e coletivas construiu-se um cotidiano de organizações em que a fala das mulheres se fez uma ferramenta de poder e fonte de aprendizagem, assim como instrumento de luta.

Na figura de uma mulher que tinha uma personalidade forte, com liderança visível, a jornalista se manteve firme em seus propósitos até o final de sua vida, em 20 de agosto de 2002. Ela viveu dois mundos: o de aprisionada ao papel de mãe e esposa e o de libertária forjada pela educação, carreira e lutas coletivas pelas minorias.

A opressão que Nasser sofreu ainda existe na sociedade machista e capitalista na qual estamos inseridos, onde a fêmea continua sendo considerada propriedade do patriarca. Por isso, através de seu legado, Consuelo é referência de resistência diante dos abusos sofridos por mulheres.

Sua memória sobrevive, mas não vive. Apesar das tentativas de eternização do nome Consuelo Nasser pela sua família, por matérias publicadas no Jornal Diário da Manhã, por iniciativas políticas como nomear instituições públicas com seu nome e a criação da Comenda Consuelo Nasser, ela não é prestigiada pelo coletivo em geral e infelizmente, nem por grande parte das feministas atuais.

Nesse trabalho, essas questões se mostraram fundamentais para a compreensão desse novo capítulo do movimento feminista, cada vez mais consolidado, porém cuja explicação e compreensão podem se mostrar bastante complexas.

Apesar da discrição de sua memória, Consuelo Nasser se sobressai por seu pioneirismo, seu legado de luta pelos direitos das mulheres, pela força de suas palavras e pela sua sororidade com saber goiano. E nós mulheres temos o dever de continuar seu legado e só podemos dizer “obrigada”.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sônia. Em que estado está o feminismo latino-americano: uma leitura crítica das políticas públicas com ‘perspectiva de gênero’. In: FARIA, Nalu; 1998.

ALVES, Ana Carla Faria. ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social 29 a 31 de maio de 2013 – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi.

AZEVEDO, J. V. Feminismo de revista: análise da apropriação do movimento feminista pelo mercado a partir da Revista ELLE. Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo. Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 2017.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R.; MORAIS, J. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 137, p. 989-1008, 2016.

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. Atualidade do conceito de Sociedade da Informação para a pesquisa jurídica. In: PAESANI, Liliana Minardi (Org.). O direito na sociedade da informação. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/173>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BUTLER, Judith. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Imagem Virtual.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. v. 2. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2013. Edição digital: julho 2013. ISBN: 978-85-378-1115-3.

CAZARRÉ, M. A “quarta onda do feminismo” nasce em 2015. Revista Brasileiros.

Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2020/01/quarta-onda-feminismo-nasceem-2015>>. Acesso em: jan. 2020.

CISNE, Mirla. GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. Brasília, jan./jun. 2008.

COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo. Cadernos de Pesquisa (66), São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1988;

COSTA, Albertina de Oliveira. O TRÁFICO DO GÊNERO. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Publicação em outubro de 1998.

COSTA, C. L. (2002). O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, 19, 59-90.

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (paris, rio de janeiro: anos 70/80 do século xx). *R. Inter. Interdisc. INTERthesis*, Florianópolis, v.6, n.2, p. 01-29, jul./dez. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/12107-39326-1-PB.pdf>. Acesso em: jan. de 2020.

ENGELS, Frederich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. *Perspectiva do Homem*.

FELGUEIRAS, A. C. L. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo, *Revista Digital Simonsen*, nº 6, p. 108-121, 2017.

Folha de Goyaz – edições: 17/04/1984 e 30/03/1984 Godinho, Jávier. A imprensa amordaçada: contribuição à história da censura no Brasil 1964-1984. Goiânia: Contato Comunicação, 2004. Disponível em: <http://dm.com.br/texto/117793>. Acesso em: ago. 2019.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? in: *Revista QG Feminista*. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em: jun. 2020.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu* (8/9), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, 1997, p.338. 5.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo, UNESP, 1993 (Biblioteca básica). (Tradução: Magda Lopes.)

GUEDES, Verônica “Lutar, mas também amar e ser feliz”, no número 03 do *Mulherio*, de setembro-outubro de 1981.

HARDING, S. (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas* 1(1), 7-3.

HEILBORN, Maria Luiza. "Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil". In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 93-126.

HEMMINGS, Clare. “Telling Feminist Stories.” *Feminist Theory*, v. 6, n. 2, 2005. p. 115-139.

HEYWOOD, Andrew. Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo. Isabel de Assis R. Oliveira (revisão técnica). São Paulo: Ática, 2010.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). A invenção das tradições. Tradução de Celina C. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JORNAL CINCO DE MARÇO. Acervo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central, Universidade Católica de Goiás.

JORNAL OPÇÃO – edições 1.185 e 1.186. Goiânia: abril de 1998. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br>. Acesso em: ago. 2019.

LERNER, G. (1989). The creation of patriarchy. New York: Oxford.

LOURO, G. L. (1995). Gênero, história e educação: construção e reconstrução. Educação e Realidade, 20(2), 101-132.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. Cadernos AEL, n. 3/4, 1995/1996.

MARIANO, S. A. (2005). O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. Estudos Feministas, 13(3), 483-505.

MATOS, Sonia Missagia de. *Repensando gênero*. In: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América, capítulo Brasil. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999.

MATUOKA, Ingrid. Nísia Floresta: a primeira educadora do Brasil. Centro de Referências em educação Integral. Notícias, 2017. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>. Acesso em: jan. 2020.

MILLET, K. (1970). Sexual politics. New York: Doubleday & Company.

NASSER, Consuelo. Alfredo Nasser: o líder não morreu. Belo Horizonte: Líder, 1996. Perfil da Organização Jaime Câmara. Disponível em: <http://www.ojc.com.br/historia/ojc/historia.htm>. Acesso em: ago. 2019.

NEGRÃO, T. (2002). Feminismo no plural. Em M. Tiburi, M. M. Menezes & E. Eggert (Orgs.), As mulheres e a filosofia (pp. 271-280). São Leopoldo: UNISINOS.

PARANÁ. Secretária de Estado da educação. Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da educação do Paraná. Curitiba: SEED-PR, 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf. Acesso em: dez. 2019.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. 2005. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v.24, N.1, PP. 77-98.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, n. 4, 2004. Mis en ligne le 4 février 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/document229.html>. Citado em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/12107-39326-1-PB.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

PRÁ, J. R. (1997). O feminismo como teoria e como prática. Em M. Strey (Org.), *Mulher: Estudos de gênero* (pp. 39- 57). São Leopoldo: UNISINOS.

PONTES, Heloisa. *Do palco aos bastidores: o SOS Mulher e as práticas feministas contemporâneas*. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 1986;

QG Feminista. Quais são as principais vertentes do feminismo? Radical, liberal, interseccional... entenda de uma vez por todas o que significam essas tais “vertentes feministas”. Disponível em <<https://medium.com/qg-feminista/quais%C3%A3o-as-principais-vertentes-do-feminismo-ae26b3bb6907>>. Acesso em: abr. 2020.

REVISTA PEOPLE. Um magazine goiano. Goiânia, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.revistapeople.com.br>>. Acesso em: mar. 2018.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opin. Publica* [online]. 2009, vol.15, n.2, pp.306-332. ISSN 0104-6276. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200002>.

SAFFIOTI, Heleieth. (1988) *Movimentos sociais: a face feminina*. In N.V. Carvalho. São Paulo: Vértice.

SAFFIOTI, Heleieth. (2001) *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. *Cadernos Pagu*.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SARTI, Cynthia A... O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. Texto preparado para apresentação no XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, 24-26 de setembro de 1998.

SARTI, Cynthia A. *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro*. *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp.31-48. Disponível em: <https://www.repositorio.unifesp.br/handle/11600/1088>. Acesso: janeiro de 2020.

SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Universidade Federal de São Paulo. Estudos Feministas, Florianópolis*, 12(2): 264, maio-agosto/2004. Acesso em: julho de 2020.

SCOTT, J. W. (1986). Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1101.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n. 16, julho/dez. 1995.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOUZA, B. *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas*. 1a Ed. Rio de Janeiro: Galera Record, 2016. P. 144.

TOLEDO, C. (2003, 2.ed.). *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. Série *Marxismo e opressão*. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann.

TOLEDO, A. *Me empodera te empoderar*. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social/Jornalismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2010.

XAVIER, E. (1998). *Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. Bia Nunes e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.